

Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco | Mauricio Zadra Pacheco
(Organizadores)

A Geografia

compreendendo as interações
naturais e sociais na transformação
do espaço terrestre



Atena
Editora

Ano 2025

30° S

Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco | Mauricio Zadra Pacheco
(Organizadores)

A Geografia

compreendendo as interações
naturais e sociais na transformação
do espaço terrestre



Atena
Editora
Ano 2025

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2025 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2025 O autor

Copyright da edição © 2025 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Os manuscritos nacionais foram previamente submetidos à avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial desta editora, enquanto os manuscritos internacionais foram avaliados por pares externos. Ambos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso

Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A geografia compreendendo as interações naturais e sociais na transformação do espaço terrestre

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco
Mauricio Zadra Pacheco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
G345	<p>A geografia compreendendo as interações naturais e sociais na transformação do espaço terrestre / Organizadores Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco, Mauricio Zadra Pacheco. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-3090-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.902251802</p> <p>1. Geografia. I. Pacheco, Juliana Thaisa Rodrigues (Organizadora). II. Pacheco, Mauricio Zadra (Organizador). III. Título. CDD 910</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A presente obra, “A Geografia compreendendo as interações naturais e sociais na transformação do espaço terrestre” reúne estudos que abordam diferentes perspectivas dessa ciência, evidenciando sua importância para a formação cidadã e o entendimento das dinâmicas espaciais. Ao longo dos cinco capítulos, os autores exploram aspectos fundamentais da relação entre sociedade e natureza, bem como os impactos dessas interações no espaço geográfico.

O primeiro capítulo, “O ensino da Geografia Física a partir da realidade vivida pelo estudante”, discute a necessidade de tornar o ensino dessa vertente da Geografia mais significativo, aproximando os conteúdos da experiência cotidiana dos alunos. A abordagem proposta enfatiza a importância de um ensino menos descritivo e mais reflexivo, permitindo que os estudantes compreendam a dinamicidade do espaço geográfico e sua inserção nele.

No segundo capítulo, “A mudança da paisagem geográfica observada no entorno escolar durante o ano letivo de 2024 – o cotidiano fotografado do ‘Biu’ (Benedito Bentes)”, é apresentada uma experiência pedagógica inovadora, na qual estudantes utilizaram a fotografia como ferramenta para registrar e analisar as transformações da paisagem em seu entorno escolar. O projeto evidencia o potencial das metodologias ativas para o ensino de Geografia e sua relevância na construção de um conhecimento contextualizado e engajado.

No terceiro capítulo, “Paisagem e ruralidades em Guarapuava (PR)”, são discutidos elementos de ruralidade presentes no meio urbano desse município paranaense. A pesquisa realizada demonstra como traços do rural permanecem inseridos na paisagem urbana, influenciados por dinâmicas migratórias e aspectos culturais locais, contribuindo para um olhar mais aprofundado sobre a relação entre campo e cidade.

O quarto capítulo, “Territórios em disputa: Codó – MA entre cercas, culturas e conflitos”, investiga os conflitos socioterritoriais no município de Codó, no Maranhão, analisando as disputas por terra e as forças políticas e econômicas que moldam a dinâmica territorial. A pesquisa evidencia a complexidade desses conflitos, os impactos da modernização sobre as populações locais e os desafios enfrentados na busca pela justiça fundiária.

Por fim, o quinto capítulo, “Reconhecimento das comunidades quilombolas: inclusão no censo e desafios da titulação de terras”, apresenta uma análise sobre a situação dessas comunidades, destacando o processo de reconhecimento e regularização fundiária e os desafios enfrentados na garantia de seus direitos. O estudo evidencia a importância das políticas públicas para a proteção dessas populações, além de ressaltar a relevância dos censos populacionais para a visibilização de suas condições de vida.

A Geografia, enquanto ciência e disciplina, estuda as interações entre o homem e o meio natural, analisando a dinâmica dos espaços e as transformações que neles ocorrem. No contexto atual, em que os desafios socioambientais são cada vez mais evidentes, é essencial que a Geografia seja compreendida como um campo do saber que possibilita a leitura crítica do mundo, favorecendo a construção de sujeitos mais conscientes e atuantes.

A leitura deste livro permite ao leitor uma imersão em diferentes perspectivas da Geografia, conectando teoria e prática. Esta obra representa uma contribuição valiosa para aqueles que desejam compreender melhor as interações entre sociedade e natureza e, sobretudo, refletir sobre as possibilidades de transformação do espaço geográfico de maneira crítica e consciente.

Uma ótima leitura!

Juliana Thaisa R. Pacheco

Mauricio Zadra Pacheco

CAPÍTULO 1	1
O ENSINO DA GEOGRAFIA FÍSICA A PARTIR DA REALIDADE VIVIDA PELO ESTUDANTE	
Lucas Santos Daniel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9022518021	
CAPÍTULO 2	15
A MUDANÇA DA PAISAGEM GEOGRÁFICA OBSERVADA NO ENTORNO ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2024- O COTIDIANO FOTOGRAFADO DO “BIU” (BENEDITO BENTES)	
Siliane Nunes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9022518022	
CAPÍTULO 3	29
PAISAGEM E RURALIDADES EM GUARAPUAVA (PR)	
Lygia Cristine Ramos Daniel	
Sergio Fajardo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9022518023	
CAPÍTULO 4	46
TERRITÓRIOS EM DISPUTA: CODÓ – MA ENTRE CERCAS, CULTURAS E CONFLITOS	
Vanderson Viana Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9022518024	
CAPÍTULO 5	58
RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: INCLUSÃO NO CENSO E DESAFIOS DA TITULAÇÃO DE TERRAS	
Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco	
Mauricio Zadra Pacheco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9022518025	
SOBRE OS ORGANIZADORES	81
ÍNDICE REMISSIVO	82

O ENSINO DA GEOGRAFIA FÍSICA A PARTIR DA REALIDADE VIVIDA PELO ESTUDANTE

Data de submissão: 07/01/2025

Data de aceite: 07/02/2025

Lucas Santos Daniel

RESUMO: A Geografia Física Escolar, ao tratar de muitos conteúdos, tem adotado um método de ensino-aprendizagem que frequentemente se distancia da realidade dos estudantes. Ocorre que, a Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar, deve possuir um caráter de interpretação, análise e entendimento da realidade, permitindo o discente compreender o espaço que o cerca e suas relações sociais e naturais. Desse modo, este trabalho, que adotou uma abordagem metodológica de cunho documental e qualitativo, irá propor a importância de as aulas serem um meio de os alunos poderem compreender e discernirem a geografia que os cercam, de modo que eles possam agir de maneira crítica no espaço onde vivem. Assim, defendemos nesta produção que o Ensino da Geografia Física não deve possuir um caráter numérico e descritivo, mas adotar métodos que permitam o aluno a aplicarem os conceitos teóricos em seu dia a dia. Por meio disso, entende-se que a Geografia irá se pluralizar, de modo que seja uma Geografia escolar que pensa na escala

local e como pode contribuir ativamente no espaço escolar e no espaço do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Física; Ensino de Geografia; Educação Geográfica Significativa; Espaço vivido.

ABSTRACT: School Physical Geography, when dealing with many contents, has often adopted a teaching-learning method that distances itself from the reality of students. Geography, as both a science and a school subject, should possess a character of interpretation, analysis, and understanding of reality, enabling students to comprehend the space around them and their social and natural relationships. Therefore, this work, which adopted a methodological approach of a documentary and qualitative nature, will propose the importance of classes being a means for students to understand and discern the geography around them so that they can act critically in the space where they live. Thus, we argue in this production that the teaching of Physical Geography should not have a numerical and descriptive character but should adopt methods that allow students to apply theoretical concepts in their daily lives. Through this, it is understood that Geography will become pluralized, transforming into a school

Geography that considers the local scale and how it can actively contribute to both the school space and the students' space.

KEYWORDS: Physical Geography; Geography Teaching; Meaningful Geographic Education; Lived Space.

INTRODUÇÃO

A globalização, de fato, trouxe consigo a homogeneização cultural, isto é, processo no qual as culturas perdem suas características distintas, tornando-se cada vez mais similares umas às outras. A esse respeito, Cavalcanti (2012) afirma que, devido aos desafios que atingem a civilização com a expansão da globalização, a Geografia, enquanto uma ciência crítica, representa uma significativa ferramenta de embate a essas problemáticas, oferecendo possibilidades de uma melhor compreensão do mundo.

O desenvolvimento de um modo de pensar geográfico mais amplo e abstrato requer, portanto, a formação de conceitos pelos alunos. O trabalho com o conteúdo geográfico, para que ele se torne ferramenta do pensamento, implica a busca de significados e sentidos dados por eles aos diversos temas trabalhados em sala de aula, considerando sua experiência vivida; e também implica a busca da generalização dos conceitos e o entendimento de sistemas conceituais; implica, além disso, trabalhar com outras dimensões da formação humana, como a emocional e a social, e não somente a cognitiva, a racional. (Cavalcanti, 2011, p. 201)

Com base nesse entendimento, Motta (2003) reflete que esse processo de padronização global, em diversos aspectos, tende a afastar o indivíduo do seu mundo, isto é, do lugar onde ele vive. Nessa perspectiva, em concordância com a autora, observa-se que a Geografia, ao tratar de muitos conteúdos, tem adotado um método de ensino-aprendizagem que frequentemente se distancia da realidade dos estudantes.

Nesse caminho de ideia, Santos (1996) enfatiza que, mesmo em uma era de globalização, cada local ainda possui sua peculiaridade, isto é, cada espaço ainda possui uma especificidade. Assim, é destacável que a Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar que estuda a totalidade do espaço, não exerça a função de propagar apenas informações que não fazem parte da realidade do estudante, mas integrar o espaço em que ele vive ou frequenta aos conteúdos ministrados em sala.

Sob este ponto de vista, Motta (2003, p. 9) salienta que é fundamental “verificar se o estudo da Geografia possibilita uma leitura do espaço que vá além de uma simples percepção de formas”. Desse modo, isso se faz necessário, pois a Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar, deve possuir um caráter de interpretação, análise e compreensão da realidade. Assim, em consonância com a autora, o ensino geográfico deve ser “capaz de construir raciocínios geográficos que possibilitem a percepção do significado de cada relação, de cada coisa, de cada símbolo construído nesse espaço vivido, sem perder a visão do todo”.

Sendo assim, destaco Massey (2017) quando afirma que a Geografia, sobretudo o ensino geográfico, deve auxiliar os alunos a explorarem a complexidade distinta dos espaços. Além disso, a autora enfatiza que isso deve ser feito de acordo com os pontos de vista dos próprios estudantes. Debaixo dessa afirmação, é possível refletir que a Geografia, enquanto disciplina escolar, não deve estar alicerçada a homogeneização geográfica, ou seja, expor apenas conteúdos eurocêntricos ou de países desenvolvidos e dominantes por exemplo, mas compromissada em disseminar a Geografia da realidade do discente.

Destaco Macêdo (2015) quando enfatiza que a função da educação geográfica é formar o indivíduo para compreender realidade a qual está inserido. Sob esse entendimento, concordo com a autora quando reflete baseada na ideia de que a Geografia, enquanto disciplina escolar, deve ter um caráter realístico, isto é, permitir o discente observar e interpretar o espaço o qual ele vive. Sendo assim, destaco quando a autora afirma que:

O ensino de Geografia, nas escolas do ensino básico, tem o papel primordial de educar para a cidadania, ou seja, formar cidadãos que compreendam a sua realidade, o mundo em sua complexidade e – as contradições socioespaciais no decorrer da história, e desse modo, sejam capazes de participar de forma ativa na transformação dos seus espaços de vivência, respeitando as suas diversas dimensões, de forma ética e responsável. (Macêdo, 2015, p. 153)

Nesse sentido, a Geografia, quando paralela à realidade na qual o estudante está inserido, possui um caráter único, que está atrelado a possibilitar o aluno a agir coerentemente aos acontecimentos em sua redondeza. Debaixo dessa análise, Almeida (1999) desperta a ideia de que a Geografia, enquanto uma disciplina escolar de essência libertadora, deve “munir os alunos de conhecimentos que lhes permitam agir de modo mais lúcido ao tratar das questões do espaço em diferentes níveis. O ensino de Geografia tem, portanto, papel decisivo na formação da cidadania” (p. 83).

Sob as análises acima, destaco que o objetivo desta produção é propor a integração da realidade do aluno no ensino da Geografia Física. Nesse sentido, este trabalho irá propor a importância de as aulas serem um meio de os alunos poderem compreender e discernirem a geografia que os cercam, de modo que eles possam agir de maneira crítica no espaço onde vivem.

METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem metodológica de cunho documental e qualitativo. Para chegar às conclusões, foram realizadas revisões bibliográficas relacionadas ao ensino da Geografia Física, Educação Significativa e Geográfica. Neste contexto, autores como Afonso (2015, 2019), Armond e Afonso (2009), Santos (1996), Cavalcanti (2011), Ab’Sáber (1999, 2003) e Suertegaray (2000) foram utilizados como referenciais teóricos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento desta obra.

Além disso, a pesquisa possui um caráter exploratório, com o intuito de compreender

como a Geografia Física pode ser integrada ao espaço vivido dos alunos, rompendo a ideia numérica e descritiva que fundamentou a disciplina nos anos de 1970.

Sobretudo, este trabalho defende a ideia de que a Geografia Escolar deve ter sua gênese no espaço vivido do aluno. Assim, argumentamos que a Geografia Física, enquanto uma subespecialidade da Geografia Geral, deve inter-relacionar os aspectos físicos-naturais e a criticidade, desenvolvendo em sala de aula que a natureza e o ser humano estão em constante mudança, influenciando-se mutuamente e provocando alterações expressivas.

Além disso, enfatiza-se a necessidade de que os conteúdos de Geografia Física sejam dedicados ao ensino significativo, para que, em situações de eventos extremos, esses conhecimentos possam auxiliar na minimização dos impactos associados a essas dinâmicas naturais.

Por meio desse percurso metodológico, chegou-se à conclusão de que a Geografia Física deve ter sua gênese na realidade do estudante e, para que tenha um caráter significativo, deve ser capaz de fazer com que a teoria apresentada nos livros didáticos seja aplicada no dia a dia do discente.

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA SIGNIFICATIVA

Segundo Armond e Afonso (2009), os conteúdos relacionados a Geografia Física, na educação básica, são tratados de maneira superficial e repassados de maneira precarizada. Nesse sentido, as autoras afirmam que esta questão é fruto tanto da irrelevância atribuída, por muitos professores, as dinâmicas ambientais e naturais, quanto da falta de preparo que estes geógrafos possuem na hora de abordar fundamentos específicos da área.

Nessa lógica, Armond e Afonso (2009) refletem que a Geografia deve ser um instrumento que auxilie na formação da identidade cidadã. Ocorre que, a problemática citada acima, não contribui apenas para uma defasagem no ensino, mas corrobora para que a Geografia não exerça seu papel de formar cidadãos engajados pelas mudanças em seus espaços. Com isso, a questão nos faz refletir que, o despreparo de alguns professores e a precarização desse ensino, não apenas contribui para uma falha na aprendizagem, mas impede que a Geografia, enquanto uma matéria que estuda o espaço real, se torne significativa para o estudante.

A superficialidade encontrada hoje no ensino da Geografia Física é fonte de uma era na qual os conteúdos eram repassados de maneira enumerativa e descritiva. Com base nisso, Silva (2004) destaca que, até os anos de 1970, quando os conteúdos eram abordados dessa maneira, os livros didáticos, ao abordar temas físico-naturais, não adicionavam uma posição crítica sobre os conteúdos. Com isso, o autor reflete que esse modelo de repassar o conteúdo possuía um caráter limitado, visto que cooperava para a formação de uma visão fragmentada e superficial dos elementos naturais, sem explorar as inter-relações com a sociedade e a importância dos processos naturais.

Em concordância, Louzada e Frota Filho (2017) põem em evidência que os livros didáticos apresentam lacunas ao abordar os temas de natureza física. Nesse sentido, os autores refletem que esses conteúdos são apresentados de maneira superficial e genérica, sem uma profundidade que engaje ou estimule os alunos a entenderem o espaço e as dinâmicas físico-naturais. Além disso, é posto em destaque que essa superficialidade nos livros e nas aulas comprometem não apenas o ensino-aprendizagem dos estudantes, mas corrobora para que se torne limitando o entendimento sobre Geografia Física.

Ocorre que, abordar esses conteúdos de maneira superficial, resulta em atitudes inadequadas por parte da sociedade (Afonso, 2015). Nesse sentido, a autora enfatiza que essa falta de profundidade não apenas compromete a educação geográfica, mas também influencia a maneira como os seres humanos utilizam o espaço terrestre. Isso gera problemáticas relacionadas “[...] à ocupação da superfície terrestre, ao uso e gerenciamento das águas, rochas, formas de relevo, solos e biomas [...]” (Afonso, 2015, p. 88).

Além disso, essa superficialidade impede que o ensino da Geografia se torne significativo. Nesse contexto, Afonso (2015) ressalta que compreender os processos naturais é fundamental para, em situações de eventos extremos, ajudar a minimizar os impactos associados a essas dinâmicas. Contudo, ao afastar esses conteúdos da educação básica ou não os tornar relevantes — conectando-os às experiências e ao espaço vivido pelos estudantes —, nós, como professores, acabamos contribuindo para que as sociedades se tornem mais vulneráveis aos efeitos desse sistema natural.

A mitigação das perdas provocadas por eventos naturais extremos exige que se conheça bem os processos naturais a fim de maximizar os benefícios, minimizar os impactos e/ou reduzir os riscos de uma interação inadequada entre Sociedade e Natureza. Quando essas precauções não são tomadas – seja por desconhecimento da dinâmica dos elementos físico-naturais, seja por falta de recursos econômicos ou por negligência política –, as sociedades ficam mais vulneráveis à força de eventos naturais extremos. (Afonso, 2015, p. 88)

Aplicar os conteúdos relacionados aos processos físico-naturais - “regimes meteorológicos, dinâmica de tempestades, regimes fluviais, processos erosivos e deposicionais em ambientes continentais e costeiros, processos eólicos, tectonismo, vulcanismo, abalos sísmicos etc” (Afonso, 2015, p. 89) – se trata de contribuir para a formação do discente como um cidadão engajado com comportamentos saudáveis na natureza.

A abordagem de tais temáticas na Educação Básica contribui, num cenário mais amplo, para fortalecer movimentos sociais e políticos que pressionem por soluções estruturais (e não apenas paliativas) relacionadas, por exemplo, aos modelos energéticos, destino de resíduos sólidos urbanos, políticas de saneamento básico, planejamento urbano e de assentamento de famílias residentes em áreas de risco. (Afonso, 2017, p. 3)

Nesse sentido, quando envolvemos os conteúdos relacionados as dinâmicas naturais do planeta (teórico) e a realidade do discente (prática), contribuimos para que a disciplina geográfica se torne amplamente significativa. Desse modo, destaco Sousa e Silva, que refletem sobre a importância de a Geografia ter um caráter significativo de aprendizagem. Para isso, é fundamental que os alunos apliquem os conteúdos abordados em sala de aula na sociedade. Em outras palavras, o estudante deve perceber o conhecimento como algo que pode ser sistematizado e utilizado em sua vida fora da escola.

Nesse pensamento, Santiago (2021) acentua que a Geografia Escolar não deve possuir apenas um caráter transmissor, isto é, contribuir apenas com a teoria, pois isso removeria a identidade emancipadora da ciência geográfica. Sendo assim, o autor aborda que os conteúdos geográficos não podem deixar de integrar as “[...] realidades sociais, econômicas ou ainda as características dos locais em que os alunos estão inseridos, considerando ainda os contextos geomorfológicos, climatológicos, hidrológicos e biogeográficos” (p.37).

Dessa maneira, baseado no que foi exposto acima, a Geografia Física, possuindo um caráter emancipador e significativo, ao abordar seus conteúdos, deve interligá-los a realidade do estudante. Nesse sentido, ao repassar a Geomorfologia, o professor deve tratar das formas de relevo e suas interações com a sociedade, trazendo discursos relacionados a ocupação dos morros, prevenção de riscos geomorfológicos e o uso do solo; na Climatologia examinar os padrões climáticos e seu impacto na vida das pessoas e na economia, mas também analisar o tempo e o clima nos quais a escola e o aluno estão inseridos; na Hidrologia, deve abordar as ideias relacionadas aos recursos hídricos, cruciais para a agricultura, a indústria e o consumo humano, mas também os fatores relacionados a enchentes e inundações; entre outros.

Nessa lógica, permitir que a teoria geográfica possa ser aplicada da realidade do aluno, permite que o discente esteja pronto para atuar, como cidadão consciente, no espaço que habita e frequenta. Sendo assim, Afonso (2015, p. 89) reflete que o “estudo de problemas socioambientais locais favorecem produzir de conhecimentos articulados, singulares e originais”, permitindo que “surgem novas possibilidades para a concepção de currículo escolar, com base na articulação de experiências locais e conteúdos escolares”. Dessa maneira, a autora ainda destaca que esse processo deve partir do lugar conhecido e vivido pelos alunos e professores.

Os estudos das características ambientais (envolvendo aspectos naturais e sociais do espaço) nas proximidades das localidades de ação profissional dos docentes em Geografia devem prever a diversidade espacial. As particularidades e especificidades locais em geral têm relação com temas curriculares mais abrangentes, o que permite a contextualização das situações em relações a quadros teóricos gerais. Para efeito de exemplificação, observar a ocupação das encostas, a poluição atmosférica e/ou das águas ou áreas de risco nas áreas próximas às escolas, permite interpretar situações específicas a partir de quadros teóricos mais gerais, estimulando a capacidade crítica,

O ESPAÇO VIVIDO COMO FERRAMENTA DE ENSINO

Gomes (1996) destaca que a ciência geográfica, ao possuir foco na idealização do espaço vivido, coloca em destaque a especificidade de cada espaço, priorizando como as pessoas o vivenciam e percebem. Nesse sentido, o autor nos leva ao entendimento de que a Geografia, de certo modo, não possui o objetivo de sistematizar, mas estudar e compreender a experiência única que cada pessoa ou grupo tem em relação ao seu ambiente.

A ciência geográfica, definida pelo viés do espaço vivido, não tenta criar leis nem observar regularidades generalizadoras. Seu ponto de partida é, ao contrário, a singularidade e a individualidade dos espaços estudados. Ela também não procura avançar resultados prospectivos e normativos, como as ciências ditas racionalistas. Seu objetivo principal é fornecer um quadro interpretativo às realidades vividas espacialmente. A objetividade não provém de regras estritas de observação, mas do uso possível das diversas interpretações na compreensão do comportamento social dos atores no espaço. Por seu contato e por sua participação direta no conjunto de significações criadas em uma comunidade espacial, o geógrafo torna-se um personagem ativo no próprio desenvolvimento desta comunidade. Contudo, ele deve ter a consciência explícita de seu engajamento pessoal e, portanto, da impossibilidade de um distanciamento 'objetivo' com relação ao seu campo de pesquisa. (GOMES, 1996, p. 320).

Sob esta análise, torna-se possível compreender que o espaço vivido, enquanto um objeto de estudo geográfico, não deve pertencer apenas a uma análise da então dicotomizada Geografia Humana, mas pertencer a Geografia por um todo. Sendo assim, Motta (2003) considera que toda pesquisa, ao trabalhar com a vertente do espaço vivido, deve reconhecer que as experiências e percepções das pessoas são influenciadas por suas histórias pessoais, culturais e sociais.

Trabalhar com o espaço vivido é lidar com a subjetividade, com o envolvimento do pesquisador com os demais atores envolvidos na pesquisa. A possibilidade de captar informações, significados, está muito ligada à interação que existe entre todos os envolvidos e a informalidade dessas relações. É uma construção que capta e analisa de forma concomitante o vivido, espacial e temporalmente. (Motta, 2003, p. 103)

Sendo assim, creio que a Geografia Escolar, sendo uma forma de disseminar a ciência geográfica, deve, para além dos livros didáticos, ser desenvolvida no espaço vivido dos estudantes. Nesse sentido, Kaercher (1997) reflete que a verdadeira Geografia não é aquela que está inserida apenas nos livros didáticos utilizados em salas de aula, mas está intrinsecamente ligada as experiências cotidianas dos alunos.

[...] os conceitos e vivências espaciais (geográficas) são importantes, fazem parte de nossa vida a todo instante. Em outras palavras: Geografia não é só o que está no livro ou o que o professor fala. Você a faz diariamente. Ao vir para a escola a pé, de carro ou de ônibus, por exemplo, você mapeou, na sua cabeça, o trajeto. Em outras palavras: o homem faz Geografia desde sempre. (Kaercher, 1997, p.74)

O espaço vivido dos alunos está relacionado a cultura na qual eles estão inseridos. Com isso, torna-se possível compreender que desde os percursos que os mesmos fazem, local onde moram, o espaço no qual a escola está inserida ou onde eles frequentam devem ser objetos do estudo geográfico escolar. Desse modo, Cavalcanti (2002, p. 130) realça que “a metodologia e os procedimentos de ensino devem ser pensados em função da cultura dos alunos, da cultura escolar, do saber sistematizado e em função, ainda, da cultura da escola”.

Concordo com o fato de que a Geografia está além do que academia produz. Sob esse entendimento, Cavalcanti (2002) afirma que os conteúdos geográficos estão inseridos nas atividades diárias, e a partir dela os discentes e docentes podem construir a geografia. A autora, em seus escritos, enfatiza que em atividades cotidianas, muitas das vezes consideradas simples, os estudantes conseguem produzir espaços, construir lugares e delimitar seus territórios. Nesse sentido, compreende-se que o espaço vivido do aluno, a partir da sua cultura e interação, são fontes primordiais que devem ser inseridas nos conteúdos geográficos escolares.

Em suas atividades diárias, alunos e professores constroem geografia, pois, ao circularem, brincarem, trabalharem pela cidade, pelos bairros, constroem lugares, produzem espaço, delimitam seus territórios; vão formando, assim, espacialidades cotidianas em seu mundo vivido e vão contribuindo para a produção de espaços geográficos mais amplos. (Cavalcanti, 2002, p. 130)

A prática cotidiana dos alunos é, desse modo, plena de espacialidade e de conhecimento dessa espacialidade. Cabe à escola trabalhar com esses conhecimentos nos seus espaços, discutido e ampliado, alterando, com isso, a qualidade das práticas dos alunos, no sentido de uma prática reflexiva e crítica. (Cavalcanti, 2002, p. 131)

Os Parâmetros Nacionais Curriculares (PNC) enfatizam que “o ensino de Geografia pode levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente e propositiva” (BRASIL, MEC, 1997, p. 108). Sob essa ótica, entende-se que a Geografia, como uma disciplina que permite o discente a observar, analisar e compreender o espaço, deve contribuir para que ele tenha consciência do espaço no qual ele está inserido. Assim, Cavalcanti (2002, p. 132) reflete que:

A idéia é a de que se deve encaminhar o trabalho com os conteúdos geográficos e com a construção de conhecimentos para que os cidadãos tenham uma consciência da espacialidade das coisas, nas coisas, nos fenômenos que eles vivenciam mais diretamente ou que eles vivenciam

enquanto humanidade.

De fato, a Geografia mundial e regional possui uma extrema relevância, garantindo seu caráter único. Ocorre que, a defesa de uma Geografia do espaço vivido, isto é, uma Geografia escolar relacionada a realidade do estudante, se trata de tornar o conteúdo geográfico acessível. Nesse sentido, Cavalcanti (2002) salienta que esse modelo de ensino contribui para a disciplina geográfica superar relativismo e o subjetivismo, enfatizando a extrema importância dos conhecimentos cotidianos do aluno está inserido nas aulas.

As representações sociais dos alunos são importante recurso na formação de conceitos, ao menos por duas razões. Em primeiro lugar, ao expressar o conhecimento cotidiano do aluno, ou seja, o que ele já conhece e que é compartilhado socialmente, ajudam na superação do relativismo e do subjetivismo no ensino. (Cavalcanti, 2002, p. 133)

Entretanto, é válido ressaltar que inserir o espaço vivido nos conteúdos geográficos, não se trata de retirar os conceitos fundamentais e históricos imprescindíveis para a formação da Geografia. Dessa maneira, destaco a PNC (BRASIL, MEC, 1997) ao enfatizar que, antes dos estudantes compreenderem a sua realidade, devem adquirir conhecimento sobre as categorias, conceitos, procedimentos e teorias básicas, para não compreenderem apenas “[...] as relações socioculturais e o funcionamento da natureza às quais historicamente pertence, mas também conhecer e saber utilizar uma forma singular de pensar sobre a realidade [...]” (p. 108).

A GEOGRAFIA FÍSICA INSERIDA NO ESPAÇO REAL DO ESTUDANTE

A natureza e o ser humano estão intrinsecamente conectados, visto que ambos se relacionam entre si. Baseado nisso, a raça humana, desde o início da civilização, segundo Santos e Vital (2020), buscou compreender o funcionamento das paisagens que o cerca.

Desde os primórdios, o homem demonstrou interesse em compreender o lugar onde vivia, sendo, assim, a superfície da Terra, substrato da maioria das atividades humanas, por ser constituída de diferentes composições e variações que formam as paisagens tornou-se objeto de investigação. (Santos e Vital, 2020, p. 434)

Sob a análise acima, percebe-se que o ser humano já fazia o que hoje chamamos de Geografia, ou seja, desde sempre a sociedade buscou pensar e observar o espaço e a paisagem nos quais estão inseridos. Nesse sentido, é possível entender que a verdadeira Geografia é aquela que faz parte da realidade do ser humano, ou seja, só é possível compreender uma verdadeira ciência geográfica a partir da realidade que está inserido. Desse modo, Santiago (2021) destaca que os conteúdos geográficos só se tornam significativos a partir do momento em que parte da realidade do estudante.

Os conteúdos e princípios geográficos são intrínsecos às relações de poder e aos sistemas físicos, e vice-versa, estes recebem significado e sentido através

das relações construídas a partir do contexto dos estudantes, permitindo uma leitura espacial holística e integrada, que compreende a terra como um sistema, sendo a sociedade parte integrante desse sistema, transformando-o e sendo transformada por ele, ao longo do tempo. (Santiago, 2021, p. 51)

Sendo assim, concordo com Santiago (2021, p. 51) quando afirma que, além de tornar a Geografia significativa, o processo de fazer com que esta tenha sua gênese na realidade do estudante permite com que os sujeitos consigam compreender “quais os seus direitos, deveres e possibilidades na sociedade que fazem parte, qual papel do Estado em seu cotidiano, contexto social, econômico e ambiental”.

Afonso (2015) relata a fundamentalidade da sociedade compreender os processos naturais. Nesse sentido, concordo com a autora, visto que esse entendimento tem papel primordial no auxílio da compreensão do espaço habitado, em que as sociedades se tornam capazes de analisar, interpretar e entender as dinâmicas das paisagens as quais estão respectivamente inseridas.

De acordo com a análise acima, destaco que a Geografia Física tem uma extrema importância no ensino escolar, ganhando destaque ainda mais na conjuntura atual, pois diariamente se tem visto mudanças ambientais e eventos extremos ocorrendo com mais intensidade e frequência. Nessa lógica, Afonso (2017) traz em destaque que a Geografia Física, enquanto disciplina na educação básica, deve estar inserida na realidade do aluno, partindo de uma conexão entre natureza e corpo social e baseada em uma ideia crítica.

O ensino de Geografia Física deve contribuir para a realidade imediata dos alunos, atribuindo significados e/ou aplicabilidade aos conteúdos trabalhados, promovendo uma análise crítica da realidade social e natural mais ampla, analisando a diversidade do espaço global e dos espaços locais. (Afonso, 2017, p. 2-3)

Inserir a Geografia Física na realidade do estudante é permitir com que esta ciência saia de um meio dicotomizado. Nesse sentido, enfatizo Ab'Sáber (1999) quando salienta que o meio natural só ganha sentido quando cruzado com fatores sociais e históricos. Com isso, concordo com Aziz ao destacar que a Geografia Física, em sua extrema relevância, deve ser integrada, de maneira uniforme, a Geografia Humana, visto que ambos, sociedade e espaço natural, estão em constante relacionamento interativo.

[...] isoladamente, o conhecimento de suas bases físicas e ecológicas não tem força para explicar as razões do grande drama dos grupos humanos que ali habitam. No entanto, a análise das condicionantes do meio natural constitui uma prévia decisiva para explicar causas básicas de uma questão que se insere no cruzamento dos fatos físicos, ecológicos e sociais. (AB'SÁBER, 1999, p. 7)

Integrar ambas áreas do conhecimento, é, de certo modo, permitir a Geografia ser completa, em que, esta verdadeira disciplina, estaria exercendo seu papel de ser uma grafia do Terra, observando, analisando e estudando os fenômenos físicos, biológicos e humanos que ocorrem sobre a superfície terrestre.

Diante da necessidade de compreensão de um mundo no qual a questão ambiental é crítica, é fundamental que se criem pontes que contribuam para a transdisciplinaridade entre conhecimentos produzidos por diferentes áreas do conhecimento, superando a dicotomia existente entre as abordagens estritamente sociais ou naturais. Nesta perspectiva, as dinâmicas do meio físico (clima, relevo, biomas etc.) e socioeconômico (aspectos da cultura, da política e da produção e circulação de bens e serviços) estão tão integradas que superam o sentido da divisão de temas entre Geografia Física e Humana. (Afonso, 2013, p. 81)

Assim, Suertegaray *et. al* (2000) enfatiza que o ensino da Geografia Física deve partir do conceito de lugar, porém um lugar que seja próximo ao estudante. Nesse sentido, os autores reforçam que esse lugar próximo, que também denominado de espaço vivido, deve ser o palco das relações horizontais, que são um reflexo das relações que acontecem dentro da própria comunidade, como as conexões entre vizinhos, familiares, amigos e o próprio meio ambiente, e das relações verticais, compreendidas como interações ligadas a contextos sociais, econômicos e políticos.

Nesse sentido, quando se desenvolve uma Geografia Física, a partir da realidade na qual o estudante vive, fazemos com que a verdadeira essência da ciência geográfica seja praticada. Nesse sentido, ao disseminar a Geografia Física, integrada a realidade social, na qual o aluno se encontra, é permitir esse discente, desde sua tenra idade, perceber e se tornar parte dos seus espaços vividos, isto é, ser um cidadão que percebe e compreende as mudanças físicas e sociais das paisagens que o cerca. Assim, Afonso (2013, p. 81) reflete que isto “estimula o educando a buscar os recursos analíticos capazes de levá-lo a uma compreensão mais articulada e menos compartimentada da realidade”.

Aziz Ab’Sáber (1999) ainda destaca que é de responsabilidade, não apenas dos governantes, mas de todo corpo social, conhecer profundamente os limites de cada espaço natural para promover um uso sustentável. Entende-se, partindo desta análise feita por Aziz, a Geografia Física, tendo seu princípio na região frequentada pelo aluno, se torna uma fonte contribuidora para que este ser humano tenha sensibilização de preservar o espaço natural que o cerca. O autor ainda põe em destaque que, devido a pluralidade natural existente, cada área possui características próprias que determinam suas capacidades e vulnerabilidades. Com isso, destaca-se a primordialidade de se ensinar um Geografia Física que se relacione com a realidade do discente, visto que é necessário, como ressaltado por Ab’Sáber (2003), o ser humano conhecer os limites de cada espaço natural.

Desde o mais alto escalão do governo e da administração até o mais simples cidadão todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não predatória dessa herança única a paisagem terrestre. Para tanto, há que conhecer melhor as limitações de uso específicas de cada tipo de paisagem (AB’SÁBER, 2003, p. 10)

Desse modo, torna-se compreensível que a Geografia deve estar inserida na realidade do estudante, sobretudo, ao ser ensinada, deve ter a gênese dos seus conceitos

no cotidiano do discente, sendo compreendida a partir do espaço no qual a escola está inserida, no local da sua moradia ou por meio das paisagens que ele observa em seus percursos. Posto isto, Piotr Kropotkin (1842-1921) – em sua obra *“O que a Geografia deveria ser”* (1982) – destaca que a tarefa do geógrafo é despertar na criança o desejo por aprender e compreender os fenômenos naturais. Com isso, partindo desta realidade de vivência do aluno, a Geografia conseguiria despertar no aluno o desejo por conhecer, analisar e compreender o espaço que habita, observando as relações das dinâmicas físico-naturais e sociais. Sendo assim, Suertegaray e outros autores

Em consonância, Afonso (2013) destaca que compreender os elementos naturais e sua relação com a vida cotidiana é essencial para preparar os alunos para enfrentar os desafios de suas realidades. Desse modo, concordo com Anice Afonso (p. 83) quando afirma que “a aplicação dos conhecimentos relativos aos elementos da Natureza – relevo, drenagem, solos, clima, biomas etc. – na vida cotidiana tem profunda relação com oportunidades e/ou restrições que podem influenciar a vida de alunos e professores”. Dessa maneira, a autora enfatiza que, ao trazer a Geografia Física para a realidade do estudante, o professor permite o mesmo a entender e agir conforme as dinâmicas físico-naturais que o cerca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o trabalho presente, buscou contribuir para a reflexão acerca da inserção do espaço vivido como instrumento para a prática do ensino da Geografia Física. Nesse sentido, buscou-se ressaltar a importância de os conteúdos físicos-naturais estarem interligados com a realidade na qual o estudante se situa, de modo que ele possa aplicar o que foi aprendido no seu dia a dia.

Além disso, salientou-se que a Geografia Física, ao estudar os aspectos físicos terrestres, não deve separá-lo dos aspectos sociais, propagando uma ciência numérica e descritiva. Para além disso, como professores, devemos estar engajados em ensinar a relação entre o ser humano e a natureza, e como ambos interferem um no outro. Sobretudo, mostrar como os discentes podem agir de maneira crítica, através dos conteúdos repassados, nos ambientes que frequenta.

Por meio disso, entende-se que a Geografia irá se pluralizar, de modo que não esteja focada em um Geografia Mundial ou Regional, mas uma Geografia escolar que pensa na escala local e como pode contribuir ativamente no espaço escolar e no espaço do aluno. E, através dessa metodologia de ensino, o docente estará contribuindo para a propagação de uma Geografia acessível, na qual os estudantes poderão perceber o que foi estudado em seus percursos, podendo praticar a teoria vista em sala de aula e nos livros

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida**. Estudos Avançados, v. 13, n. 36, p. 7–59, maio 1999.

AFONSO, Anice Esteves. Contribuição da Geografia Física e da Educação Ambiental na Prática de Professores de Geografia a partir do estudo de bacias hidrográficas em áreas urbanas. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 9, n. 1, 2013.

AFONSO, Anice Esteves. Contribuições da Geografia Física para o ensino e aprendizagem geográfica na educação básica. **Revista Eletrônica Educação Geográfica em Foco**. Ano 1, Nº1, jan/jul 2017.

AFONSO, Anice Esteves. Geografia da Natureza no ensino de Geografia: propostas para a educação ambiental e preventiva de riscos naturais. **Revista GIRAMUNDO**, Rio de Janeiro, V. 2, N. 4, P.83-93, JUL./DEZ. 2015

AFONSO, Anice Esteves; ARMOND, Núbia Beray. Reflexões Sobre o Ensino de Geografia Física no Ensino Fundamental e Médio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA – ENPEG. 10. 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.cedipe.uerj.br/pdf/reflexoesanice.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ALMEIDA, Rosângela Doin. Ensinam Geografia para quem vive num outro mundo. In: **V Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**. In: Anais... Belo Horizonte: PUC/MG, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. v. 5.

CAVALCANTI, Lanna de Souza. Ensinar Geografia para a autonomia do pensamento: o desafio de superar dualismos pelo pensamento teórico crítico. In: **IX Encontro nacional da ANPEGE**, 9, Goiânia. Anais... Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

CAVALCANTI, Lanna de Souza. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa. 2002.

KAERCHER, Nestor André. Desafios e utopias no ensino de geografia. Santa Cruz do Sul (RS), EDUNISC, 1997.

KROPOTKIN, Piotr. Lo que la Geografia debe ser. In: MENDOZA, J.; JIMÉNEZ, J. e CANTERO, N. (Org.). El pensamiento geográfico - estudio interpretativo y antologia de textos. Madri: **Alianza Ed.**, 1982 (1885), p. 227-240.

LOUZADA, Camila Oliveira.; FROTA FILHO, Armando Brito. Metodologias para o ensino de geografia física. Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais, Fortaleza, CE, v. 8, n. 14, p. 75-84, jan./abr. 2017.

MACÊDO, Helenize Carlos de. REFLETINDO SOBRE O ESPAÇO VIVIDO: o lugar na construção dos conhecimentos geográficos. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 10, p. 152-165, jul./dez., 2015.

MASSEY, Doreen. A mente geográfica. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 36 - 40, 5 out. 2017. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13798> Acesso em: 18 out 2023

MOTTA, Marlene François. **Espaço vivido/espço pensado: o lugar e o caminho**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2003. 160f.

SANTIAGO, Izis Thelma Araújo. **A Geografia física crítica como estratégia pedagógica para a inclusão escolar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, – Salvador, p. 148. 2021.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

SANTOS, Andréa Dryelle dos; VITAL, Saulo Roberto de Oliveira. Riscos Geomorfológicos No Município De Caicó-RN. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 434–448, 2020. DOI: 10.26848/rbgf.v13.2.p434-448.

SILVA, Dakir Larara Machado. **A Geografia que se ensina e a abordagem da natureza nos livros didáticos**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

SOUSA, Arlane Silva; SILVA, Josélia Saraiva. A teoria da aprendizagem significativa no ensino de geografia: uma abordagem das pesquisas no brasil. **Revista Signos Geográficos**, [S. l.], v. 3, p. 1–23, 2022.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; BASSO, Luis Alberto; VERDUM, Roberto. (Orgs.) **Ambiente e lugar no Urbano**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2000.

A MUDANÇA DA PAISAGEM GEOGRÁFICA OBSERVADA NO ENTORNO ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2024- O COTIDIANO FOTOGRAFADO DO “BIU” (BENEDITO BENTES)

Data de submissão: 22/11/2025

Data de aceite: 07/02/2025

Siliane Nunes da Silva

Maceió-AL

<https://orcid.org/0009-0003-3275-3488>

RESUMO: O presente relato de experiência apresenta os detalhes de um projeto anual implementado na Escola Estadual Pastor José Tavares de Souza, no qual os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental- Anos Finais- utilizaram a fotografia como ferramenta para investigar as transformações da paisagem local. O projeto envolveu diversas etapas: desde o desenvolvimento do tema, separação dos grupos, escolha da paisagem a ser observada, até a produção de relatórios finais e apresentação para a equipe gestora com exposição de cartazes com os resultados da pesquisa aos demais colegas da escola. Os alunos foram divididos em grupos e, ao longo de quatro meses, registraram fotografias com as mudanças ocorridas em uma paisagem escolhida por eles mesmos. As imagens capturadas foram analisadas em sala de aula, promovendo discussões sobre os aspectos naturais e humanos da paisagem, as relações entre a comunidade local e o espaço, e a influência das políticas públicas,

demonstrando o nível de educação ambiental e até mesmo a necessidade de campanhas de conscientização na zona periférica de Maceió. Além disso, os alunos realizaram pesquisas sobre a história do bairro e da escola, integrando essas informações aos seus relatórios. Os resultados do projeto foram bastante positivos. Os alunos demonstraram um aprendizado significativo, desenvolvendo habilidades como observação, análise, interpretação de imagens, pesquisa e produção de textos. Além disso, o projeto contribuiu para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de identificar problemas e propor soluções para a comunidade. O projeto destaca a importância da inovação pedagógica no ensino da Geografia, com a participação e engajamento dos estudantes, demonstrando como a utilização de recursos como a fotografia pode tornar o aprendizado mais significativo e interessante para os alunos. Ao conectar os conteúdos teóricos da Geografia com a realidade local, o projeto contribuiu para despertar o sentimento de pertencimento neles, gerando uma aprendizagem mais contextualizada e relevante. O artigo demonstra o potencial da fotografia como ferramenta pedagógica

para o ensino da Geografia, firmando as metodologias ativas tão necessárias no cenário tecnológico ao qual os jovens estão imersos. Ao promover a investigação da paisagem local, o projeto contribuiu para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida em sociedade, como o pensamento crítico, a colaboração e a cidadania. Além disso, o projeto demonstrou a importância de conectar a teoria com a prática, tornando a aprendizagem mais significativa e relevante para os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia. Metodologias Ativas. Fotografia. Paisagem. Análise Espacial. Educação Ambiental. Cidadania.

THE CHANGE IN THE GEOGRAPHICAL LANDSCAPE OBSERVED IN THE SCHOOL SURROUNDINGS DURING THE 2024 SCHOOL YEAR - THE PHOTOGRAPHED DAILY LIFE OF “BIU” (BENEDITO BENTES)

ABSTRACT: This experience report presents the details of an annual project implemented at the Pastor José Tavares de Souza State School, in which 8th grade students used photography as a tool to investigate changes in the local landscape. The project involved several stages, from developing the theme, separating groups, choosing the landscape to be observed, to producing final reports and presenting them to the management team, with posters showing the results of the research to the other students at the school. The students were divided into groups and, over the course of four months, took photographs of the changes that had occurred in a landscape chosen by them. The images captured were analyzed in the classroom, promoting discussions about the natural and human aspects of the landscape, the relationships between society and space, and the influence of public policies, demonstrating the level of environmental education and even the need for awareness campaigns in the peripheral area. In addition, the students conducted research on the history of the neighborhood and the school, integrating this information into their reports. The results of the project were very positive. The students demonstrated significant learning, developing skills such as observation, analysis, image interpretation, research and writing. In addition, the project contributed to the formation of more critical and aware citizens, capable of identifying problems and proposing solutions for the community. The project highlights the importance of pedagogical innovation in teaching Geography, with the participation and engagement of students, demonstrating how the use of resources such as photography can make learning more meaningful and interesting for students. By connecting the theoretical contents of Geography with the local reality, the project helped to awaken a sense of belonging in them, generating more contextualized and relevant learning. The article demonstrates the potential of photography as a pedagogical tool for teaching Geography, establishing the active methodologies that are so necessary in the technological scenario in which young people are immersed. By promoting the investigation of the local landscape, the project contributed to the development of essential skills for life in society, such as critical thinking, collaboration and citizenship. In addition, the project demonstrated the importance of connecting theory with practice, making learning more meaningful and relevant for students.

KEYWORDS: Teaching Geography. Active Methodologies. Photography. Landscape. Spatial Analysis. Environmental Education. Citizenship.

INTRODUÇÃO

“Na escola da ponte não faz sentido falar de problemas de indisciplina, porque todos apoiam todos, todos acarinham todos, todos ajudam todos, todos são, afetivamente, cúmplices de todos, todos são, solidariamente, responsáveis por todos” (SANTOS,2001).

Um projeto escolar se faz com a participação e engajamento de todos os envolvidos. Uma vez que a proposta é discutida com os alunos e o plano é traçado em comum acordo, os resultados tem mais chance de serem alcançados.

A proposta de investigar métodos de observação das transformações da paisagem geográfica através de registros fotográficos dos alunos da Escola Pastor José Tavares de Souza, foi fundamental para a realização do projeto anual que teve como tema norteador: COMUNIDADE ESCOLAR E TERRITÓRIO: PARTICIPAÇÃO INTERAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL COM EQUIDADE. A necessidade de compreender e aplicar metodologias ativas no ensino da Geografia com o uso de recursos tecnológicos, ferramentas de uso cotidiano dos alunos, alinhadas com as competências e habilidades da BNCC, é essencial para promover um aprendizado significativo e contextualizado despertando a partir da curiosidade, a participação deles. Com orientação, os próprios alunos desenvolveram os relatórios mensais de análise territorial das paisagens registradas.

Foram quatro meses de pesquisa com uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental, divididos em grupos, onde cada um escolheu uma paisagem do entorno escolar para registrar mensalmente e observar as paisagens, refletindo sobre os aspectos naturais e humanos presentes e as mudanças ocorridas bem como identificando a ausência ou eficácia de políticas públicas voltadas para a preservação/ manutenção do espaço.

As fotografias coletadas pelos alunos foram analisadas em conjunto na sala de aula, utilizando ferramentas da análise visual e de suas vivências pessoais, onde puderam identificar padrões, contrastes nas imagens, estimulando a reflexão crítica sobre as relações entre sociedade e espaço onde foram feitas perguntas associadas à responsabilidade social das comunidades, nas áreas poluídas, por exemplo.

Ao mesmo tempo, os alunos puderam aprender mais sobre a origem da escola através de discussões em grupo, a partir das pesquisas e reflexões individuais e coletivas, construindo narrativas interpretativas que integraram as percepções dos estudantes com os conceitos teóricos abordados.

Para o relatório final foi utilizado os registros fotográficos capturados, descrição das imagens com análise das mudanças ocorridas e as datas dos registros.

O BAIRRO BENEDITO BENTES

Segundo os sites imobiliários pesquisados, o Conjunto Residencial Benedito Bentes foi construído, em 1986 e era considerado um “fim de mundo” devido a distância do centro

de Maceió. Só morava lá quem não tinha condições de pagar um aluguel ou comprar uma casa na cidade. Aos poucos, com a chegada de novos moradores na cidade na capital alagoana, os moradores foram se adaptando à distância, ganharam novas linhas de ônibus e o comércio começou a crescer.

O nome dado ao bairro é uma homenagem a Benedito Geraldo do Vale Bentes, um amazonense, que chegou em Alagoas em 1961, quando seu pai Manoel Gentil do Vale Bentes veio assumir a direção da Escola de Agronomia de Satuba. Benedito Geraldo do Vale Bentes teve muito renome e destaque através dos cargos públicos que assumiu no estado. Foi presidente da antiga Companhia Energética de Alagoas - CEAL, onde durante sua gestão foi levada energia elétrica para as cidades do interior do estado, em parceria com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf. Foi também presidente do Serviço Social do Comércio / Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SESC/SENAC, diretor da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo — CNC, entre outros cargos no cenário político e econômico de Alagoas (BARBOSA, 2024).

De acordo com Silva (2023) o Benedito Bentes é o maior bairro de Maceió em termos de dimensão territorial, possui uma área de 24.627 Km², com um perímetro urbano de 26.731,15 metros. De acordo com a lei municipal de Maceió 4.952 de 6 de janeiro de 2000, o Conjunto Benedito Bentes, passou a ser Região Administrativa de número 06, portanto Bairro Benedito Bentes, onde foram determinados seus limites oficiais ao descrever seu perímetro urbano a partir do encontro da estrada para Duas Bocas (Avenida Cachoeira do Meirim) com a Rua Roberto de Farias, que separa o Benedito Bentes do bairro Antares.

O bairro do Benedito Bentes é o segundo mais populoso de Maceió (GLOBO,2024), com 110.746 moradores. No Censo 2010, o Benedito Bentes era o bairro mais populoso da capital, com 88.084 moradores, e a Cidade Universitária era o terceiro com mais moradores, com 71.441 pessoas.

O bairro se destaca como uma região atrativa para empresas e indústrias, devido a oferta de mão-de-obra barata, os valores dos terrenos e imóveis em comparação a outros bairros visados pela especulação imobiliária, além disso, o potencial da população consumidora e a integração com outros bairros da parte alta são fatores que transformaram o bairro em uma nova centralidade, resultando em um aumento na oferta de empregos e no crescimento populacional em uma relação dialética com a atuação do poder público. Esse cenário reflete o enorme desafio da urbanização, onde o desenvolvimento econômico muitas vezes supera o planejamento territorial adequado.



Figura 1: Foto de satélite- Maceió-AL

Fonte: Google maps. 2024

A ESCOLA ESTADUAL PASTOR JOSÉ TAVARES DE SOUZA

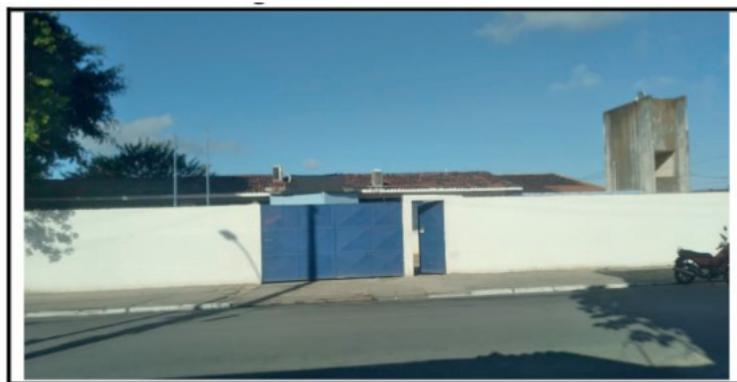


Figura 2: Foto da escola

Fonte: Acervo próprio, 2024.

De acordo com o PPP/2023, a Escola Estadual Pastor José Tavares de Souza foi criada pelo decreto nº 6655 de 1º de novembro de 1995 e está situada na Avenida Arthur Valente Jucá s/n no conjunto Benedito Bentes I, no complexo Benedito Bentes em Maceió, tendo uma área total de 7763.00m e uma área construída de 1715.00m. Possui doze salas de aulas, uma cozinha e anexo, uma dispensa, 04 banheiros 02 masculinos e 02 femininos para alunos e funcionários, uma secretaria, anexo um arquivo morto, uma sala

de professores, uma sala de direção, anexo um banheiro, uma sala de coordenação, uma sala de informática juntamente com a mídia em estado precário, um laboratório de ciências desativado, uma sala, um refeitório e uma biblioteca em desuso, uma sala de leitura, um almoxarifado, um depósito, um hall, um pátio e três espaços verdes. No entorno da escola há uma quadra de esporte depredada e uma extensa área verde.

O Patrono da escola, Pastor Dr. José Tavares de Souza nasceu em 10 de março de 1904 na cidade de Pão de Açúcar, Estado de Alagoas. Filho de família nobre. Em 1929 ordenou-se sacerdote católico, sendo nomeado vigário geral da Catedral de Penedo, neste Estado.

Em 1932, depois de alguns meses de relacionamento, o *Padre José Tavares de Souza* e Benedita Cavalcante de Lacerda resolveram deixar a cidade e foram para Recife. Um escândalo para a época que o fez abandonar o celibato, e casar-se com Benedita Lacerda Tavares, constituindo família com duas filhas, Nielze Lacerda Tavares e Mary Lacerda Tavares, ambas casadas.

Em 1936, foi consagrado ministro evangélico e empossado no pastoral da primeira Igreja Evangélica Batista de Maceió. Além de ministro evangélico possuiu também os cursos de: Odontologia, Bacharel em Direito e Administração.

Na área política exerceu os cargos de Prefeito de Limoeiro de Anadia, Vereador da capital, Secretário da municipalidade, Conselheiro do Trânsito, Conselheiro da CODEMA, Assessor Técnico da Assessoria de Programação e Orçamento da Secretaria de Administração. Foi condecorado com medalha de ouro de Alagoas Terra dos Marechais.

Na área religiosa foi pastor evangelista, jornalista, diretor por vários anos da Sociedade Bíblica do Brasil e Presidente da convenção Batista Alagoana por diversas vezes, representando sua igreja nos congressos da Aliança Batista Mundial em Miami Beach e Estocolmo.

O Pastor faleceu em 1974 na Santa Casa de Misericórdia de Maceió vítima do câncer de próstata, deixando para os seus seguidores um exemplo de pessoa responsável, honesta e muito religiosa.

OBERVANDO A PAISAGEM ATRAVÉS DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS

“A paisagem é a expressão material da história de uma sociedade.” (Santos, 1996)

A paisagem, como um recorte do espaço geográfico, é um laboratório natural para a aprendizagem da Geografia. Ao observar a paisagem, os alunos ‘leem’ a história do lugar, identificam as relações entre os elementos naturais e sociais, e desenvolvem um olhar crítico sobre as transformações ocorridas. Como afirma Milton Santos, ‘a paisagem é a expressão material da história de uma sociedade’, e sua análise contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos.

No mês de março, os alunos do oitavo anos do Ensino Fundamental da Escola Pastor

José Tavares, foram orientados a escolher uma paisagem para observar e registrar em fotografia durante os meses de março a junho de 2024 com o intuito de observar possíveis mudanças nas paisagens registradas. Para melhor organização dos registros, a turma foi organizada em grupos e orientada a registrar, com foto, em datas similares a cada mês e produzir uma legenda com as características do lugar, a data do registro e a localização.

Os estudantes se organizaram em subgrupos para realizar os registros e tiraram as fotos em dias específicos. A partir dos registros realizados, criaram as legendas de cada foto e começaram a produção dos cartazes e preparativos para a produção desse texto. A partir desse ponto, iniciaram, com auxílio, uma pesquisa em sites sobre a origem do bairro Benedito Bentes e, no PPP (projeto político pedagógico) a origem e informações oficiais sobre a escola.

Nos meses em que se seguiram a pesquisa, os alunos compreenderam a importância de conhecer a história e geografia do Espaço Geográfico que habitam e como a paisagem se modifica e se adequa ao modelo social vigente. Conseguiram constatar que a paisagem está em constante transformação e que políticas públicas como a limpeza urbana e educação ambiental são necessárias para se manter a organização urbana. Construindo uma relação entre a transformação do espaço e o lugar, acreditamos na relevância do estudo da paisagem para compreendermos a dinâmica urbana ao nosso redor, como afirma Carlos (2007, p.34):

“O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo. Assim a observação da paisagem vai permitindo uma leitura e uma interpretação da nossa situação no mundo de hoje, revelando na sua dimensão visível a história do lugar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver o aprendizado de Geografia, a partir da pesquisa sobre o espaço de vivência dos alunos, é um motor que desperta a curiosidade e a sensação de pertencimento. Projetos assim, são importantes para aproximar os jovens alunos da aprendizagem na prática. Sair um pouco dos conteúdos, muitas vezes enfadonhos e abstratos do cotidiano escolar, proporciona uma experiência única e exitosa no processo ensino-aprendizagem. Quando os estudantes conseguem perceber que a paisagem é dinâmica para além do descrito, estão aptos a identificar como as ações públicas são importantes para a organização do espaço geográfico. A partir dessa experiência, que desperta a sensação de pertencimento, ao entrar em contato com os conteúdos geográficos, os alunos participantes conseguem adquirir, além dos conceitos, repertórios enriquecedores para suas constatações e produções durante as aulas.

O sucesso deste projeto abre portas para a implementação de novas iniciativas que

utilizem a fotografia como ferramenta pedagógica, estimulando a criatividade e a autonomia dos alunos. A fotografia pode ser um recurso valioso para diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem, 1933. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. Prefácio. IN: SANTOS, A. FERREIRA -Campinas, SP: 7ª ed. Papyrus, 2004. P. 9..

BARBOSA, Jais; LIMA, Carlito. Bairro de <https://bairrosdemaceio.net/bairros/benedito-bentes>. **08 de agosto de 2024**

BARROS, Maria Adélia Pereira; CAVALCANTI, Lana de Souza (Orgs.). Milton Santos: **por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

LEITE, Lucas,. Censo do IBGE: **Conheça os bairros mais populosos e com menos habitantes de Maceió**. G1AL[online], Alagoas, 14/11/2024 19h49. Tecnologia. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2024/11/14/censo-do-ibge-conheca-os-bairros-mais-populosos-e-com-menos-habitantes-de-maceio.ghtml> . Acesso em: 18 nov. 2024.

MACEIÓ. **Lei nº 4952** de 06 de janeiro de 2000. Ementa. Leis Municipais, Prefeitura Municipal de Maceió, 06 de janeiro de 2000..

Escola Estadual Pastor José Tavares de Souza. 2023. **Projeto Político Pedagógico [PPP]**. Avenida Arthur Valente Jucá s/n no conjunto Benedito Bentes I, no complexo Benedito Bentes em Maceió.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Silva, Paulo Victor Barbosa Vieira da. **Evolução populacional e novas tendências do bairro Benedito Bentes em Maceió** /Paulo Victor Barbosa Vieira da Silva. – 2023.

TICIANELI, Edberto. <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-de-limoeiro-de-anadia.html> . Publicado em 3 de outubro de 2019. Acesso em 12 de agosto de 2024

TRIBUNA DO SERTÃO - Pastor Tavares <https://tribunadosertao.com.br/noticias/2014/04/16/5672-pastor-tavares> Acesso em 12 de agosto de 2024

ANEXO A: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DURANTE OS MESES DA PESQUISA (EQUIPE 1)



A MUDANÇA DA PAISAGEM GEOGRÁFICA OBSERVADA NO ENTORNO ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2024- O COTIDIANO FOTOGRAFADO DO BIU

ESTUDANTES: Monick

PROFESSORA: SILIANE NUNES

TEMA NORTEADOR: COMUNIDADE ESCOLAR E TERRITÓRIO:
PARTICIPAÇÃO INTERAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL COM EQUIDADE

"O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo. Assim a observação da paisagem vai permitindo uma leitura e uma interpretação da nossa situação no mundo de hoje, revelando na sua dimensão visível a história do lugar"(ANA FANI, 2007)

MARÇO



Data: 10/03
Local: Rota do Mar
Pixação

ABRIL



Data: 14/04/2024
Local: Avenida Caetés
Pixação

MAIO



Data: 25/05/24
Local: Avenida Caetés
Pixação

JUNHO



Data: 26/06/24
Local: Avenida Caetés
Pixação



ANEXO B: RELATÓRIO DESENVOLVIDO A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DAS PAISAGENS (EQUIPE 1)



A MUDANÇA DA PAISAGEM GEOGRÁFICA OBSERVADA NO ENTORNO ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2024- O COTIDIANO FOTOGRAFADO DO BIU

TEMA NORTEADOR: COMUNIDADE ESCOLAR E TERRITÓRIO:
PARTICIPAÇÃO INTERAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL COM EQUIDADE

PROFESSORA: SILIANE NUNES
ESTUDANTES: Manick

Relatório observação da paisagem geográfica no entorno escolar durante 4 meses de 2024

Introdução
Este relatório tem como objetivo apresentar as observações realizadas ao longo de 4 meses sobre a paisagem geográfica no entorno escolar da Escola Pastor José Tavares. Os alunos, divididos em grupo, escolheram um local de sua preferência, para realizar observações detalhadas durante os meses de março, abril, maio e junho de 2024.

Metodologia: O local fixo na Avenida Coetês, é um muro onde tem várias pirações.

Local de Observação: O local é urbano.

Período de Observação: De março a junho de 2024

Frequência das Observações: Mensalmente

Métodos de Observação: Fotografia

OBSERVAÇÃO:
Para cada mês de observação, foi possível observar os seguintes aspectos da paisagem:

	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elementos Naturais:	Plantas crescendo	Nenhuma Plantas	Plantas Pequenas	Plantas Pequenas
Fatores Climáticos:	temperatura: 33° 23° Tava ar: me	temperatura: 29° 25° Tava ar: me	temperatura: 28° 22° Tava ar: saturado	temperatura: 27° 22° Tava ar: me
Impacto Humano:	Piração	Piração	Piração	Piração

Conclusão:
A piração pode ser considerada agressiva, e a fumaça ser considerado como vandalismo.

ANEXO C: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DURANTE OS MESES DA PESQUISA(EQUIPE 2)



A MUDANÇA DA PAISAGEM GEOGRÁFICA OBSERVADA NO ENTORNO ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2024- O COTIDIANO FOTOGRAFADO DO BIU

ESTUDANTES: LAVÍNIA

PROFESSORA: SILIANE NUNES

TEMA NORTEADOR: COMUNIDADE ESCOLAR E TERRITÓRIO:
PARTICIPÇÃO INTERAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL COM EQUIDADE

“O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo. Assim a observação da paisagem vai permitindo uma leitura e uma interpretação da nossa situação no mundo de hoje, revelando na sua dimensão visível a história do lugar”(ANA FANI, 2007)

MARÇO



Data:23/03/24
Local:rua A64
“Não é um local que não apresenta lixo toda hora, só às vezes e também tem coleta.”

ABRIL



Data:24/04/24
“O lugar limpou mas ainda tem um pouco de lixo. Mas limpou bastante”.

MAIO



Data:27/05/24
O lugar encheu um pouquinho de lixo e madeiras depois de não ter nada no local 😞

JUNHO



Tema:cotidiano do biu 🤗
Data:04/06/24
O lugar está limpinho agora 🤗🤗

ANEXO D: RELATÓRIO DESENVOLVIDO A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DAS PAISAGENS (EQUIPE 2)



A MUDANÇA DA PAISAGEM GEOGRÁFICA OBSERVADA NO ENTORNO ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2024- O COTIDIANO FOTOGRAFADO DO BIU

TEMA NORTEADOR: COMUNIDADE ESCOLAR E TERRITÓRIO:
PARTICIPAÇÃO INTERAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL COM EQUIDADE

PROFESSORA: SILIANE NUNES

ESTUDANTES: *Lavinia*

Relatório observação da paisagem geográfica no entorno escolar durante 4 meses de 2024

Introdução
Este relatório tem como objetivo apresentar as observações realizadas ao longo de 4 meses sobre a paisagem geográfica no entorno escolar da Escola Pastor José Tavares. Os alunos, divididos em grupo, escolheram um local de sua preferência, para realizar observações detalhadas durante os meses de março, abril, maio e junho de 2024.

Metodologia: *PELO CELULAR*

Local de Observação: *RUA A64*

Período de Observação: De março a junho de 2024
Frequência das Observações: Mensalmente
Métodos de Observação: Fotografia

OBSERVAÇÃO:
Para cada mês de observação, foi possível observar os seguintes aspectos da paisagem:

	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elementos Naturais:	<i>estaca sujeira com madeira, sacos, latas e outros</i>	<i>planta Tavares sem parte verde no tempo das chuvas de lá</i>	<i>temo com parte de madeira e algumas sacos</i>	<i>temo logun- sap cheiro de lixo, alguns materiais, tudo lá fora</i>
Fatores Climáticos:	<i>temo umidade e sem parte molhada</i>	<i>estimo um parte molhada</i>	<i>estimo umidade</i>	<i>temo de umidade e sem parte molhada</i>
Impacto Humano:	<i>parte produzida na cidade e que tem lixo</i>	<i>parte produzida muito</i>	<i>produção com lixo e outros</i>	<i>produção de lixo e outros materiais, mas não descartam lixo</i>

Conclusão: *A RUA É SUJA POR QUE A VIZIANÇA NÃO LIMPA MAS A COLETA PASSA E LIMPA*

LAVINIA

ANEXO E: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DURANTE OS MESES DA PESQUISA (EQUIPE 3)



A MUDANÇA DA PAISAGEM GEOGRÁFICA OBSERVADA NO ENTORNO ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2024- O COTIDIANO FOTOGRAFADO DO BIU

ESTUDANTES: LUCAS ANÍSIO

PROFESSORA: SILIANE NUNES

TEMA NORTEADOR: COMUNIDADE ESCOLAR E TERRITÓRIO:
PARTICIPAÇÃO INTERAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL COM EQUIDADE

"O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo. Assim a observação da paisagem vai permitindo uma leitura e uma interpretação da nossa situação no mundo de hoje, revelando na sua dimensão visível a história do lugar"(ANA FANI, 2007)

MARÇO



20/03/ Av.Caetés/
Acúmulo de lixo

ABRIL



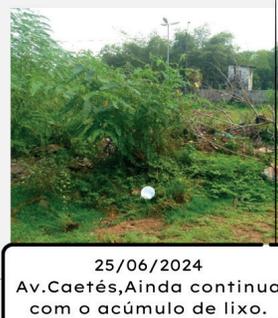
Ainda continua com o
acúmulo de
lixo/Av.Caetés
23/04/2024

MAIO



25/05/2024
Av.Caetés,Ainda continua
com o acúmulo de lixo.

JUNHO



25/06/2024
Av.Caetés,Ainda continua
com o acúmulo de lixo.

ANEXO F: RELATÓRIO DESENVOLVIDO A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DAS PAISAGENS (EQUIPE 3)



A MUDANÇA DA PAISAGEM GEOGRÁFICA OBSERVADA NO ENTORNO ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2024 - O COTIDIANO FOTOGRAFADO DO BIU

TEMA NORTEADOR: COMUNIDADE ESCOLAR E TERRITÓRIO:
PARTICIPAÇÃO INTERAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL COM EQUIDADE

PROFESSORA: SILIANE NUNES

ESTUDANTES: Lucas Anísio

Relatório observação da paisagem geográfica no entorno escolar durante 4 meses de 2024

Introdução
Este relatório tem como objetivo apresentar as observações realizadas ao longo de 4 meses sobre a paisagem geográfica no entorno escolar da Escola Pastor José Tavares. Os alunos, divididos em grupo, escolheram um local de sua preferência, para realizar observações detalhadas durante os meses de março, abril, maio e junho de 2024.

Metodologia:

Local de Observação: O local é repleto de lixos plásticos, pedras, fios, PVC, caixão, sacos de cimento, resacas, com espelhos, plásticos e etc

Período de Observação: De março a junho de 2024

Frequência das Observações: Mensalmente

Métodos de Observação: Fotografia

OBSERVAÇÃO:
Para cada mês de observação, foi possível observar os seguintes aspectos da paisagem:

	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Elementos Naturais:	Tem plantas espalhadas, restos de vidro, canos, pedaços de madeira	As plantas continuaram crescer e com mais lixos	As plantas ficaram com mais folhas e mais com frutos e mais	As plantas continuaram crescer com mais frutos e com pedras.
Fatores Climáticos:	Estava mais quente, estava mais quente.	Estava mais quente de sol e tempo mais quente que te.	Estava em clima de sol e com vento com frutos.	Clima está mais quente e com vento.
Impacto Humano:	As pessoas jogando lixos no local, pedras, fios	jogaram papéis com lixos de filas	jogaram uma pia de filas	jogaram plásticos e mais papéis

Conclusão: No final do quarto mês, tudo uma limpeza, mas foi recolhido todos os lixos, mas deveria ser sempre por causa dos animais, dos crianças, para não acontecer acidente.

PAISAGEM E RURALIDADES EM GUARAPUAVA (PR)

Data de submissão: 28/11/2025

Data de aceite: 07/02/2025

Lygia Cristine Ramos Daniel

Sergio Fajardo

RESUMO: O texto é resultado de pesquisa realizada na Unicentro entre os anos de 2023 e 2024. A proposta da presente foi de interpretar possíveis elementos de ruralidade no meio urbano de Guarapuava (PR). Para tal, partindo de uma metodologia descritiva e exploratória, realizou uma revisão de literatura sobre os conceitos de paisagem, ruralidade e relação campo-cidade. O espaço urbano de Guarapuava apresenta, marcadamente, alguns elementos de ruralidade. Tal consideração não é exclusiva do município, pois está presente em grande parte do interior do Paraná. Porém, o contexto de Guarapuava, com a parte da população oriunda de migrações do campo, e, ainda, influenciada pelo aspecto cultural da região, favorece esses pontos de ruralidade materializada na paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; ruralidades; Município de Guarapuava-PR; relação campo-cidade.

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO PARANAENSE E AS CONFIGURAÇÕES REGIONAIS

O processo de ocupação do território paranaense no século XIX teve como um dos fundamentos a exploração econômica a partir das atividades agropecuárias (FAJARDO, 2008). Além dos perfis diferenciados de cada espaço, no que diz respeito às condições de relevo, solo, clima e vegetação, historicamente, os espaços regionais paranaense são marcados por distintas formas de exploração e povoamento.

O condicionamento natural é relevante em se tratando de ocupação. As limitações para avançar o território incluíam grandes rios, escarpas, serras e florestas. Ao serem ocupadas, as regiões se distinguiam em suas potencialidades, como por exemplo, as características de clima e solo.

Em relação aos solos, há algumas semelhanças entre os espaços paranaenses. As regiões de Ponta Grossa e Paranavaí, possui em comum solos

bastante intemperizados e pobres em termos de nutrientes, sendo ambos derivados de arenitos, Furnas em Ponta Grossa e Caiuá no Noroeste. (FRITZSONS et al. , 2014). Essa característica influenciou diretamente no tipo de uso do solo.

Se desconsiderada a presença no território paranaense dos povos nativos (indígenas) e mesmo a ocupação espanhola no século XVI, e ainda a o povoamento espontâneo por grupos de caboclos e outros posseiros, como fazem Bernardes (1952) e Bernardes (1953), somente entre meados do século XIX e meados do século XX é que se completa o povoamento do Paraná (BERNARDES, 1952). Ou seja, em um período de cerca de 100 anos, um grande espaço com vasta vegetação nativa, de campos ou florestas termina por ser ocupado com exploração agropecuária.

As características fundiárias e os modelos agrários, distintos no tempo e no espaço, representaram uma diversidade nas formações regionais. Isso se reflete tanto no tamanho das áreas dos municípios como no tamanho médio das propriedades rurais. Tal informação é importante ser colocada em função do fato de que os modelos produtivos acabam sendo diretamente influenciados pelas condições de posse e uso da terra, de acordo com a condição regional. Um exemplo é colocado por Rangel (2012), quando aponta para as grandes diferenças regionais da agricultura familiar e camponesa no Brasil.

Dessa forma, seria inviável pensar em políticas de desenvolvimento regional que desconsidere essas diferenças, forçando a uma padronização do que seria como o público-alvo, no caso, os camponeses e agricultores familiares. No tocante às políticas públicas para o campo vale ressaltar o valor do crédito proporcionado pelo PRONAF, além de programas para aquisição de alimentos e àqueles voltados à merenda escolar. Triches e Killian (2016) apontaram em seu artigo resultante de pesquisa em municípios paranaenses, que as cidades maiores tendem a não atender ao percentual exigido de compras da Agricultura Familiar no PNAE.

No caso do Paraná, ainda que em menor escala, as diferenças da agricultura familiar são perceptíveis no território. No que concerne a formação da sua estrutura produtiva, esta foi resultado da exploração econômica em várias fases de ocupação, delimitadas no tempo e no espaço, modificando e construindo paisagens (FAJARDO, 2007).

A FORMAÇÃO ESPACIAL DO INTERIOR DO PARANÁ

Analisando o interior paranaense a partir do recorte espacial historicamente chamado de “Paraná Tradicional”, este “período/espaço” carrega consigo todo um simbolismo das ocupações e povoamentos desde o período colonial. Trata-se de um espaço formado a partir da expansão de uma sociedade campeira e escravagista, a partir da grande propriedade e da exploração de campos nativos (Campos Gerais, Guarapuava e Palmas) e uso de mão de obra escrava.

Durante boa parte do século XIX essa foi a identidade paranaense que nascia como

província em 1853. A sucessão de fases econômicas, passando da pecuária extensiva à exploração de erva-mate e madeira consolidou essa parte do território, culminando com a chegada de imigrantes europeus (ucranianos, poloneses, alemães e italianos, dentre outros), estabelecendo colônias muito além da atual região metropolitana de Curitiba.

Vários poloneses foram direcionados a colônias no Alto e Médio Iguaçu em áreas de matas mistas, que apesar de distantes de centros consumidores, foi possível integrarem-se à economia do mate e produzir para a subsistência (CHANG, 1988). Em finais do século XIX, a sociedade campeira tradicional estava em crise (BALHANA; MACHADO; WETPHALEN, 1969). Muitas fazendas já não conseguiam comercializar o gado em função da concorrência com criações de outras regiões.

Além disso, alguns fatos históricos abalaram a política estadual nessa época. Talvez o mais relevante tenha sido a Revolução Federalista, um conflito ocorrido entre 1893 e 1895, que surge no rio Grande do Sul, mas que acabou tendo desdobramentos no Paraná. No município da Lapa, um cerco ao avanço dos federalistas que vinham do Rio Grande do Sul, sob o comando de Gumercindo Saraiva, resistiu, ainda que em número menor. O então coronel Antônio Ernesto Gomes de Carneiro, que comandou as tropas governistas, foi um dos que morreram em combate, e o Barão de Serro Azul, um dos maiores produtores de erva-mate do Paraná, foi assassinado enquanto estava detido por ser acusado de traidor (CAMARGO JÚNIOR, 2018).

O Tropeirismo dá lugar à Economia do Mate em meados do século XIX. As grandes propriedades estavam decadentes, pois a atividade de pecuárias já não era rentável. Buscou-se então explorar as matas e a erva mate nativa (CHANG, 1988).

O Paraná Tradicional teve na imigração, além de um óbvio fator de incremento populacional, a base para o surgimento de pequenas propriedades para produção de alimentos que abasteceriam a população em crescimento e formariam um início de diversificação agrícola. No entanto, a imigração tradicional, inicialmente, não foi tão impactante do ponto de vista do fortalecimento econômico estadual. A produção de erva mate, que teve seu auge no final do século XIX (ROSA; SOUZA, 2019), passa por dificuldades no início do século XX. A decadência das atividades de erva mate e madeira acabam por representar uma estagnação econômica (PADIS, 1980).

A imigração atendeu uma demanda de mão-de-obra tanto para as lavouras de exportação como a cafeicultura em São Paulo, como para as pequenas lavouras de subsistência, que acabaram por ser as fornecedoras de alimentos para as cidades nascentes (CHANG, 1988).

Nesse início de século XX, a construção da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande decretava definitivamente o fim do Tropeirismo e uma crise geral entre os grandes latifundiários. Alguns dos fazendeiros criadores de gado dos Campos Gerais acabaram vendendo suas propriedades para a colonização de imigrantes como os russos alemães (BALHANA; MACHADO; WETPHALEN, 1969).

Nesse contexto, novas fronteiras agrícolas são ocupadas. A colonização nos espaços ainda pouco explorados, mas não vazios, pois havia população cabocla, por exemplo, inicia com a identificação de duas frentes de ocupação. Nas primeiras décadas do século XX a porção norte do Paraná, sobretudo a parte mais central, passa a ser alvo de investimentos no sentido de colonização.

Quase no mesmo período, as regiões Sudoeste e Oeste também passam a ser ocupadas. Partindo de Guarapuava muitos núcleos foram sendo fundados nas proximidades do vale do rio Iguaçu, como Palmas, União da Vitória, Clevelândia, Pato Branco, General Carneiro etc. Mas, apesar de a Economia do mate fazer parte desse espaço desde o final do século XIX, a colonização do espaço Sudoeste-Oeste passa a ganhar força por conta do grande fluxo migratório oriundo do Sul, sobretudo com migrantes gaúchos, promovido pela colonização tanto pública como privada.

Almeida (2016) aponta que na década de 1960 o Paraná tem uma identidade frágil, em que há uma cultura gaúcha e catarinense no Sudoeste, paulista no Norte, contrastando com o regionalismo marcante dos Campos Gerais. Nota-se, assim, que a diversidade cultural e humana acompanha a ocupação e a exploração econômica.

O PARANÁ EM TRANSFORMAÇÃO NO SÉCULO XX

O território paranaense é transformado a partir de processos que começam a ser acelerados em meados do século XX. Nesse sentido, torna-se necessária a estruturação viária e a viabilização de atividades econômicas mais dinâmicas que possam dar autonomia e sustentar os espaços regionais.

Nas primeiras décadas do século XX as condições das estradas eram bastante precárias, o que dificultava o fluxo de pessoas e da produção agrícola local. Com o avanço da colonização foi necessário também melhorar as estradas existentes e construir outros acessos ao Sudoeste e Oeste.

Ainda em relação à infraestrutura, as dificuldades de promover as atividades econômicas nessas regiões de fronteira de ocupação incluíam as condições de acesso a água tratada e eletricidade. Um fato que ilustra o processo é de que somente em 1947 é criado pelo governo estadual o Serviço de Energia Elétrica do Paraná, que mudou para Departamento de Águas e Energia Elétrica, DAEE e, em 1954 era criada a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a COPEL (MACHADO, 1998).

Sobre o desenvolvimento do Paraná, Crocetti (2007) aponta seis interpretações históricas relativas ao desenvolvimento da economia paranaense. A primeira, seria a cepalina, apoiada no modelo centro-periferia e na política de substituições das importações. A segunda diz respeito à análise, já referida aqui, de Padis (1980), em que revela um Paraná construído à margem de São Paulo, e por ser periférica, essa economia encontrava fragilidades para a formação de uma indústria autônoma, por exemplo.

A terceira interpretação para o autor (CROCETTI, 2007), advém da atuação de governos como de Ney Braga (1961-1965) e Paulo Pimentel (1966-1970) que abrange parte do auge do período militar, com o chamado “milagre econômico”. Nesse momento, ainda que vista como complementar a São Paulo, a economia paranaense teve investimentos altos em infraestrutura, como em rodovias, ferrovias, melhorias no Porto de Paranaguá, criação de armazéns, e avanço das telecomunicações, além do uso do CODEPAR/BADEP/FDE a fim de mediar o crédito tanto agrícola como industrial. A quarta interpretação ocorre a partir dos anos 1970, em que os governos Jayme Canet (1975-1979) e Ney Braga (1979-1980), apenas ampliam investimentos em rodovias. Foi o momento em que o Paraná já havia iniciado um grande processo de modernização tecnológica da agricultura (FLEISHFRESSER, 1988; CUNHA, 2018).

Crocetti (2007) continua mencionando que a quinta interpretação sobre o desenvolvimento econômico do Paraná foi apresentada em 1988. Por meio de um documento do Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, que evidencia o papel da cafeicultura, da modernização, diversificação e do Estado para o *boom* industrial a partir da década de 1970. Por fim, o referido autor encerra com a sexta interpretação é apoiada na perspectiva de crise econômica dos anos de 1980. Apesar das dificuldades e da falta de investimentos públicos, a economia conheceu um certo dinamismo, sobretudo por conta da agroindustrialização. Consta-se que a produção agroindustrial representa para o Paraná uma relevante participação econômica, atingindo quase todas as regiões (SESSO *et al*, 2020).

Cunha (2003) reforça que boa parte das interpretações sobre o desenvolvimento regional utiliza-se de uma perspectiva *etapista*, onde, por meio de uma visão homogeneizante do território, se explicaria as condições de desenvolvimento e subdesenvolvimento, as regiões mais atrasadas e as mais avançadas, desconsiderando a endogeneidade. O estudo do Ipardes (2017) demonstra ter sofrido influência dessa abordagem ao delimitar espaços socialmente críticos no Paraná, em detrimento às regiões mais dinâmicas.

Porém, como lembra o referido autor (Cunha, 2003), as regiões paranaenses possuem especificidades que, historicamente, afetaram diretamente as suas formações. Para o referido autor, essas seriam as trajetórias regionais, cujas particularidades incluiriam características territoriais presentes, abrangendo desde o tipo e produtividade dos solos, topografia, clima e densidade demográfica, configurando o processo histórico-geográfico distinto.

SOBRE AS DIFERENÇAS REGIONAIS PARANAENSE

As diferenças regionais no Paraná não podem ser então encaradas simplesmente como algum tipo de fragilidade econômica, mas resultado de processos de ocupação condicionados por um contexto de configuração territorial. Os momentos da ocupação

das regiões e as opções econômicas influenciaram nos modelos estabelecidos e não o contrário. Ainda assim, alguns processos como a modernização da agricultura, avançam sobre vários espaços regionais, condicionados por fatores como solo, clima e topografia (CUNHA, 1986).

Além disso, a evolução tecnológica promove desdobramentos nos processos de industrialização e modernização agropecuária, permitindo que regiões pouco aptas ao avanço das culturas modernas, tornem-se interessantes a partir de novos investimentos em modelos adaptados tecnologicamente. Dessa forma, uma nova etapa de agroindustrialização a partir da década de 1970 se espalha por vários polos regionais.

Nessa direção, Fajardo (2008) também reforça que da década de 1990, em que a desarticulação do modelo inicial de Complexo Agroindustrial, em que a redução e o apoio dos investimentos e financiamentos direto do Estado dá lugar a um mercado agroindustrial cada vez mais tecnológico e competitivo, com a presença de grandes corporações globais concorrendo com iniciativas nacionais, como as cooperativas agropecuárias.

Vale resgatar que as atividades industriais no Paraná até a década de 1960 eram, sobretudo, rudimentares e representadas por atividades de processamento de produtos primários (BRAGUETO, 1999; FAJARDO, 2008). Assim, o beneficiamento da madeira, da erva-mate, do café etc., faziam parte de uma indústria tradicional, sem bases tecnológicas (PADIS, 1980).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o Paraná assume uma estratégia de industrialização complementar ao Sudeste do Brasil com a produção de bens intermediários na Região Metropolitana de Curitiba, RMC (RAMOS; NUNES; BIANCO, 2011). Nesse contexto, a própria atividade agroindustrial passa por transformações do Paraná. Enquanto a RMC amplia e incrementa a sua atividade industrial com a indústria automotiva e metalmeccânica, o interior, concentra as suas forças na diversificação e agroindustrialização a partir de investimentos de cooperativas agropecuárias e grandes corporações globais do Agronegócio (FAJARDO, 2008).

Uma profunda transformação no campo (e na cidade) acontece a partir de dois processos concomitantes: a modernização tecnológica e a industrialização da agricultura. No Paraná, essas mudanças culminam no estabelecimento e consolidação do Complexo Agroindustrial (CUNHA, 2006; FAJARDO, 2006 e 2008).

Além da mecanização, a introdução de culturas voltadas a exportação e produzidas em larga escala, baseadas na grande propriedade, reforçou o aspecto seletivo da modernização. Como consequência, a concentração de terra em espaços que ainda possuíam uma característica fundiária de predominância de pequenas propriedades, como o Norte do Paraná, é fator imperativo. O fim do domínio da cafeicultura naquela região representou a abertura para a expansão das lavouras modernas, sobretudo a produção de soja, articulada com o CAI.

Entretanto, da mesma forma que a ocupação do território e o povoamento ocorrem

de modo diferenciado espacialmente, as diferentes regiões do Paraná foram afetadas de modo distinto pela modernização. Tal situação se explica pelas características fundiárias desse espaço e, também, pela condição de capitalização dos grandes produtores.

Uma forma de compreender esse fenômeno é observar como a fragmentação no território da parte norte difere daqueles espaços em que permanece uma concentração de terra e essas grandes propriedades convertem as suas áreas de produção tradicional em lavouras modernas. Também as áreas originalmente ocupadas por colônias de imigrantes europeus serão atingidas de forma particular, onde os mais capitalizados se inserem no processo, marginalizando grupos. Essas diferenças ficam claras quando comparados os espaços de Ponta Grossa, Londrina/Maringá, Cascavel e Guarapuava.

ALGUNS PONTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL PARANAENSE

Como já observamos em Crocetti (2007), na década de 1960, o governo do Paraná criou a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR). Tal fato resultou em investimentos para a construção de uma infraestrutura que incluía a malha rodoviária e a produção e distribuição de energia elétrica (SAAB; BRAGUETO, 2016). Os resultados dos investimentos foram a instalação de plantas industriais no Paraná apoiadas no potencial regional que tinha como base as atividades tradicionais, já modernizadas. Dessa forma, em alguns espaços do interior paranaense, as atividades agropecuárias representaram um ponto de partida para o desenvolvimento de indústria de processamento de matéria prima oriunda do campo.

Quando em meados da década de 1960, o CODEPAR é transformado em banco, o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), esta instituição passa a privilegiar, sobretudo, empreendimentos de grande porte, abrindo espaço para que grandes grupos empresariais se instalem no Paraná (BRAGUETO, 1999). Também algumas cooperativas agropecuárias começam a se destacar no Paraná com altos investimentos para a criação dos seus parques industriais.

Na década de 1970, surge uma agroindustrialização, sustentada pelo modelo do Complexo Agroindustrial (CAI) que articulava as atividades agropecuárias com setores industriais à montante e à jusante. Exemplos dessas atividades são as indústrias madeireira, de processamento de soja com a produção de óleos vegetais, da produção de álcool, rações, carnes etc (FAJARDO, 2008).

Desse modo, as várias regiões do interior do Paraná passam por mudanças nas suas bases produtivas. A agroindustrialização ganha centralidade dos investimentos. Percebe-se então que o processo de industrialização, nos moldes modernos, encontra condições distintas nos espaços regionais. Parte da produção agroindustrial, ainda que articulada no território, concentra por parte da produção e dos investimentos em uma ou outra região, de

acordo com a atividade ou cadeia produtiva a que se refere, por exemplo Soja e Carnes. Da mesma forma, a dinâmica econômica de algumas atividades promove uma concentração maior do capital e da renda em alguns espaços.

Concomitantemente, sobretudo a partir da década de 1970, alguns municípios do Paraná começam uma especialização produtiva. Fresca (2006) menciona os casos de Arapongas, Apucarana e Cianorte, sendo as duas primeiras localizadas no eixo Londrina-Maringá e a terceira no Noroeste. O que diferencia essas especializações é o desenvolvimento de atividades industriais a partir de investimentos modestos, nos ramos de móveis (Arapongas), roupas (Cianorte) e bonés (Apucarana). De acordo com a referida autora, na década de 1980 o número de estabelecimentos industriais nesses municípios se multiplicou, provocando uma dinamização nos municípios e ocupando uma boa parcela da população no setor industrial.

Assim, entre os anos 1980 e 1990, ocorre uma diversificação industrial no interior do Paraná. Como exemplo, podem ser citadas as atividades ligadas aos derivados de celulose na região Centro-Sul, a indústria têxtil próxima a Campo Mourão, Cianorte e Maringá, e, ainda, o crescimento e consolidação das atividades frigoríficas, produtoras de carnes, na região Oeste, abrangendo municípios de Toledo, Medianeira, Cascavel e Palotina, dentre outros (LIMA, 2020).

No Sudoeste do Paraná também há um APL de confecções, que surge ainda na década de 1970 e abrange municípios como Francisco Beltrão, Pato Branco e Capanema (CALDERARI, 2019). Podemos observar que boa parte dessas atividades estão relacionadas ao processamento de matéria prima agrícola, ou seja, podem ser consideradas como parte do conjunto agroindustrial.

Ainda que alguns dos casos citados possa não aparentar aproximação com a atividade agroindustrial, como a indústria têxtil, ela se articula com a agroindústria por conta de que o algodão constitui uma das matérias primas principais para essa produção.

Em meados da década de 1980, o Paraná chegou a ser o maior produtor de algodão do Brasil e essa grande produção foi a motivação para as indústrias de fios e de tecido instaladas em algumas regiões do estado e estimuladas por recursos do Baderp (MASSUDA, 2005). Vale lembrar que, empresas como a *Sanbra* (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) e a *Anderson Clayton*, já operavam no Paraná com a produção de algodão desde a década de 1930 (COSTA; SILVA, 2020). No decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970 essas empresas atuaram com o beneficiamento do algodão e o esmagamento da semente para a produção de óleo, além de outros produtos, como amendoim, milho e soja.

Porém, deve-se ressaltar que a presença dessas atividades, que fogem à lógica principal da agroindustrialização, baseada no processamento direto da produção agropecuária, fortaleceu regionalmente não apenas os municípios que originaram as atividades, mas também o entorno. Em outros municípios e regiões, essas especializações produtivas se articularam com a agroindústria. Casos como o de Telêmaco Borba e a

indústria de papel e celulose, e de Toledo, com o processamento de carnes, ilustram essa situação.

O caso da indústria de papel e celulose é bastante emblemático. No município de Telêmaco Borba a atuação da empresa Klabin materializa uma territorialidade hegemônica. Conforme Mazer e Christoffoli (2020), ao se instalar na região na década de 1930, com incentivos dos governos estadual e federal, a empresa passa a assumir um papel polarizador das atividades da indústria de base florestal. Vários municípios do entorno também passam a se articular, alterando profundamente a paisagem dos Campos Gerais.

A partir dos anos 2000, no Brasil, o processo chamado de desindustrialização, reforça a dependência econômica de produção e exportação advinda de produtos semi-manufaturados (CANO, 2014). E o Paraná foi um dos estados que, entre 1996 e 2007 tiveram um grande crescimento em alguns setores industriais, como automotivo, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, têxteis e celulose e papel, mas que identificaram uma redução na proporção da indústria de transformação no PIB (SAMPAIO, 2015).

Nesse contexto, o interior do Paraná que, diferente de outros estados, possui atividades de mineração não muito relevantes quanto aos volumes de exportações, ainda tem nas atividades agropecuárias e agroindustriais um forte vínculo. Assim, a dinâmica econômica produtiva reforça as particularidades e potenciais de inserção dos espaços regionais. E a indústria do interior tem uma base agroindustrial muito forte.

ASPECTOS DAS DIFERENÇAS REGIONAIS E OS POLOS DO INTERIOR DO PARANÁ

Do ponto de vista regional, alguns espaços acabam se especializando em cadeias produtivas. Assim, as várias regiões paranaenses, dessa forma, possuem singularidades constituídas por atividades muitas vezes distintas, mas articuladas.

Considerando o quadro econômico, urbano e populacional do interior do Paraná, cinco municípios se destacam como polos: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Guarapuava. A força regional desses municípios como centralidades urbanas, já foi abordada por Ferreira (2011). A proposta aqui apresentada procura compreender como os processos de formação histórica e econômica influenciaram na conformação de uma diferenciação regional bastante nítida, sob vários aspectos. Ainda que os serviços urbanos manifestem toda a polaridade regional, a construção do espaço de influência desses municípios perpassa por condicionantes que incluem os fluxos de população e as zonas produtivas agropecuárias e industriais.

As várias divisões regionais ocorridas no Paraná contribuem não apenas para reconhecimento do território (FAJARDO, 2013). Além disso as regionalizações possuem a funcionalidade de fornecer parâmetros de recortes a fim de se utilizar dados, como por exemplo os censitários, em pesquisas e comparações regionais. Nesse sentido, a divisão

mais recente do IBGE, em regiões geográficas Imediatas e Intermediárias (Figura 3), oferece a possibilidade de compreender a espacialização baseada em alguns polos que centralizam espaços.

Nessa divisão (IBGE, 2017), o Paraná possui seis espaços regionais denominados como “Regiões Geográficas Intermediárias” (Figura 3). Em cada uma dessas regiões, um município polo constitui sua área de influência em que vários municípios menores são abrangidos. São as seguintes: 1- Região Intermediária de Curitiba; 2-- Região Intermediária de Guarapuava; 3- Região Intermediária de Cascavel; 4- Região Intermediária de Maringá; 5- Região Intermediária de Londrina.



Figura 1: Mapa das Regiões Geográficas Intermediárias do Estado do Paraná. Fonte: IBGE (2017) e Ipardes (2020b).

No entanto, o quadro urbano Paranaense apresenta muitas peculiaridades. Muitas regiões classificadas como metropolitanas (regionais) foram sendo criadas ao longo dos anos. Tal fato permitiu que em um mesmo recorte espacial surgissem duas ou mais regiões metropolitanas, que polarizam pequenos municípios, em um espaço centralizado por uma cidade maior.

Essa situação ocorre, por exemplo com as centralidades regionais de: Campo Mourão, Umurama e Paranavaí dentro da zona abrangida por Maringá; Apucarana na área de influência de Londrina; Toledo, Pato Branco e Francisco Beltrão no espaço de influência

de Cascavel (Figura 4).

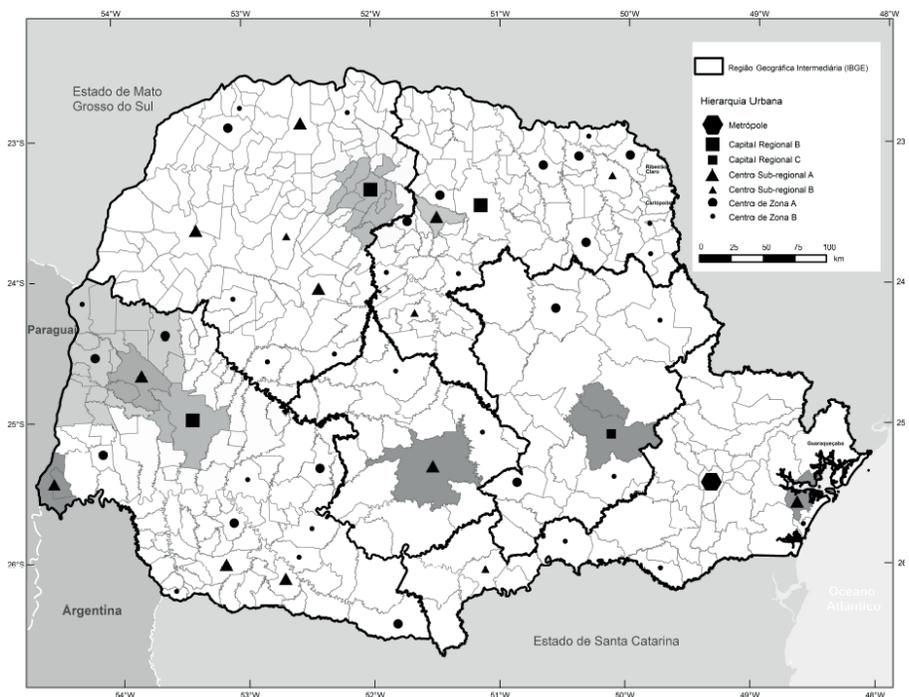


Figura 2: Mapa da Hierarquia, Concentração Urbana e Regiões Metropolitanas – Paraná. Fonte: Iperdes (2020b).

Ao abordar as diferenças regionais, nos basearemos também em dados dos estudos ‘Vários paranás’ do Iperdes, publicados em 2005 e 2017. Como este se utiliza dos dados de IDH-M, torna-se importante abordar alguns pontos relativos à indicadores da educação e saúde no estudo comparativo entre os espaços definidos. Alguns esforços têm como foco as ações municipais para a saúde pública. Um exemplo é encontrado na obra de Busato et al (2020), que realizaram um estudo com vistas a estudar o perfil de governança da saúde nas administrações públicas municipais.

Zubyk et al analisaram a gestão dos gastos municipais com saúde e educação no Paraná entre 2001 e 2012. Os autores chegaram a conclusão que apenas uma minoria dos municípios paranaenses foram eficientes na execução dos gastos. Tal fato indica que é preciso acompanhar as gestões municipais, pois grande parcela dos pequenos municípios, por exemplo, depende de repasse de recursos federais e estaduais e a eficiência na aplicação destes interfere na vida da população.

No caso das estatais, entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000 seja um período marcado por uma onda de privatizações, como foi o caso do banco público estadual, o Banestado, e a empresa estadual de telefonia, Telepar. Outras empresas

públicas, no entanto, resistiram, como a Copel e a Sanepar. A Sanepar foi considerada uma das empresas de saneamento mais eficientes do Brasil. E é estratégica por conta da necessidade de controle social dos recursos hídricos (MEDEIROS, 2005).

A presença do poder público ocorre em todos os espaços regionais paranaenses. Porém, as regiões mais dinâmicas, ou os municípios mais populosos ou economicamente mais fortes, acabam por concentrar grande parte dos serviços. Tais serviços incluem as sedes regionais de órgãos e instituições públicas localizadas em “cidades polo”.

Não se trata de admitir um retorno aos chamados “Polos de Desenvolvimento”, de Perroux (RIPPEL; LIMA, 2009), pois ainda que estejam centralizados por alguns polos regionais, o desenvolvimento de muitos dos pequenos municípios paranaenses não acompanha o centro urbano regional. Ou seja, há um processo de marginalização de pequenos municípios, em que a riqueza e o dinamismo de uma cidade-polo não chegam, resultando em miséria e abandono.

“O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo” (DESENVOLVIMENTO..., 2017, p. 8). Ramos, Nunes e Bianco (2011) afirmam que a desigualdade regional no Paraná está relacionada ao fato de que algumas regiões ainda dependem fortemente de setores tradicionais, enquanto outras procuraram a diversificação produtiva. Essa condição de fato existe, porém, é preciso deixar claro que alguns espaços regionais alcançaram a dinâmica econômica se aproveitando das atividades tradicionais, que foram modernizadas e inseridas de modo mais competitivo no mercado global.

Por outro lado, a diversidade do espaço e das paisagens do Paraná permitem outras atividades como o Turismo. Nesse sentido, o turismo rural e as atividades voltadas ao lazer passam a ser vistas como alternativas econômicas. A própria agricultura familiar utiliza dessa estratégia como complementação de renda, com a valorização da cultura e do ambiente da pequena propriedade rural (CANDIOTTO, 2013).

Algumas regiões do Paraná se aproveitam assim, das suas paisagens rurais como forma de agregar valor e renda. Esse potencial pode ser exemplificado com as pousadas rurais nos Campos Gerais (SILVA; FRANCISCO; THOMAZ, 2010), ou com as Caminhadas da Natureza no Vale do Ivaí (TONIOL; STEIL, 2012).

OS POVOS TRADICIONAIS E NO ESPAÇO PARANAENSE

A diversidade do espaço paranaense também é constituída de populações tradicionais. Entre esses povos está a população quilombola. Essas comunidades abrangem, em sua maioria, municípios do chamado Paraná Tradicional, incluindo municípios como Ponta Grossa, Castro, Campo Largo, Lapa, Doutor Ulysses, Ivaí, Turvo, Guarapuava, Cândói, Palmas e Curiúva, dentre outros, sendo alguns mais a oeste Foz do Iguaçu, Guaíra (CAMPOS; GALLINARI, 2017).

Outra população tradicional bastante relevante no Paraná é aquela denominada de

faxinalense. O faxinal constitui-se em um sistema tradicional de ocupação e uso coletivo da terra ainda presente em algumas regiões do Paraná. Nerone (2015) aponta que essa prática era um costume comum na península ibérica e fora reproduzida na América do Sul a partir das missões jesuíticas.

O sistema se caracteriza pelo uso comum de áreas em meio à floresta como criadouros de animais (CHANG, 1988). Imigrantes, como os poloneses, acabaram por se integrar ao modo de vida dos faxinais. Derrubavam parte da mata, deixando as árvores maiores (WACHOWICZ, 2002). Fizeram uso dos criadouros comuns, dos faxinais.

Além desses criadouros comunitários essa população camponesa, identificada como “faxinalense” possui agricultura de subsistência além de uma vida comunitária. Tavares (2008) e Souza (2010) enfatizam o caráter coletivo dessas comunidades. A identidade faxinalense reforça o aspecto destes, enquanto sujeitos sociais, que recentemente foram reconhecidos como povos tradicionais e passaram a se organizar na luta por seus direitos. Imigrantes, como os poloneses, acabaram por se integrar ao modo de vida dos faxinais e fizeram uso dos criadouros comuns (CHANG, 1988). Derrubavam parte da mata, deixando as árvores maiores (WACHOWICZ, 2002).

Os faxinais que ainda não sofreram desestruturação, em geral, localizam-se em áreas de floresta, com o predomínio de araucária em algumas partes e a presença do extrativismo de erva mate e pinhão. São, por essa razão, considerados grupos que contribuem para a defesa ambiental ao favorecerem o uso sustentável dos recursos naturais. Porém, os conflitos, a expansão agrícola e o êxodo rural têm provocado uma desarticulação de grande parte dos faxinais paranaenses que ainda sobrevivem (NERONE, 2015).

A propósito do debate ambiental, vale lembrar que em 1963, o Paraná sofreu um dos maiores desastres da sua história. Um imenso incêndio, sem nenhum precedente, atingiu cerca de 128 municípios, queimando lavouras, pastagens, casas, animais domésticos e o pouco de vegetação nativa que ainda existia, matando animais selvagens e 110 pessoas (PAIXÃO; PRIORI, 2015).

O Paraná possui uma vegetação das mais diversificadas do Brasil, porém, no ano de 2009, apenas cerca de 2% do território constitui unidade de conservação (VICENTE; VANZELA; TOREZAN, p. 2009). Para se ter uma ideia, até meados do século XIX, quando da emancipação da Província do Paraná, a cobertura florestal ainda abrangia 83% do nosso território (SONDA; BERGOLD, 2013).

O espaço rural paranaense foi impactado com o avanço das atividades agropecuárias modernas. O resultado desse processo se converteu em uma profunda transformação na paisagem, em muitos casos, acompanhada de desmatamento, processos erosivos e poluição das águas (FAJARDO, 2018). O empresariado acaba dependendo de estímulos financeiros para adotarem práticas ambientais corretas (PRATES, 2006).

Em contrapartida, o processo de urbanização avançou no interior Paraná a partir da década de 1950. Com a modernização agropecuária e a industrialização, municípios

como Ponta Grossa, Cascavel, Londrina, Maringá e Guarapuava tiveram um acréscimo considerável em suas populações (MOURA, 2004).

No ano de 1960, enquanto Curitiba possuía 344.560 habitantes, Ponta Grossa já contava com 77.803 e Londrina 74.110 pessoas, e esses três municípios englobavam 43,5% da população urbana do Paraná (SOUZA, 1971). E em 1970 o Paraná já contava com cinco municípios com população urbana com mais de 50 mil habitantes, atingindo o número de 14 a partir dos anos 1980 (MOURA, 2004).

Apesar de serem identificadas duas relevantes aglomerações urbanas no Paraná, uma abrangendo O Curitiba e Ponta Grossa e outra no eixo Londrina/Maringá, grande parte dos municípios paranaense ainda mantém forte vínculo com o espaço rural (ROCHA; BARCHET, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário considerar a complexidade em se comparar os espaços rurais e urbanos em termos de desenvolvimento. Não necessariamente a presença maior ou menor das atividades agropecuárias ou o maior ou menor nível de urbanização determina o nível de desenvolvimento social de uma região.

O interior do Paraná, como um todo, articula-se em rede com atividades agroindústrias. Regionalmente, alguns espaços se especializam, outros estabelecem relações diretas entre si, formando uma dinâmica de fluxos onde algumas áreas são responsáveis pela produção agropecuária, enquanto outras processam, armazenam e comercializam.

Por outro lado, a dinâmica dos pequenos municípios com base agrícola, muitas vezes é muito fraca. Tal situação é muito comum no interior do Paraná, onde alguns municípios concentram a maior parte da população e dinamizam a economia regional em detrimento de vários pequenos municípios (em população) com economia muito fragilizada dependentes de uma rede de serviços urbana centralizada nesses centros maiores, as chamadas “cidades médias”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Letícia Leal de. **Regionalismo paranaense**: do esboço de uma sinopse de História regional à História do Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Ponta Grossa: UEPG, 2016. 125f.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil. P.; WESTPHALEN, Cecília. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BERNARDES, Lísia M. C. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 335-384, jul./set. 1953.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 427-456, out./dez. 1952.

BRAGUETO, Claudio R. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. **Geografia**, Londrina, V. 8, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1999.

CALDERARI, Egon B. **Empreendedorismo regional, redes e capital social: estudo de caso em dois APLs de confecção do estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Administração). Curitiba: UTFPR, 2019. 189f.

CAMARGO JÚNIOR, Mauro C. V. de. **Escrever uma história do Paraná para torná-la conhecida pelos paranaenses e pelos brasileiros**: a construção de espaços de produção histórica no Paraná (1890-1930). Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2018. 347f.

CAMPOS, Margarida C.; GALLINARI, Tainara. Permanência e resistência das comunidades remanescentes de quilombolas no Paraná. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 131-142, mai./ago. 2017.

CANDIOTO, Luciano Z. P. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o Programa Nacional de Turismo Rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **Cultur**, Ilhéus, v. 7, n. 2, p. 111-131, jun. 2013.

CHANG, MAN YU. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina, IAPAR, 1988. 123p.

COSTA, Armando D.; SILVA, Gustavo, P. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil (1923-1994). **América Latina en la Historia Económica**, Ciudad de México, v. 27, n. 1, p. 1-30, 2020.

CROCETTI, Zeno S. **Evolução sócio-espacial do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 2007. 196f.

CUNHA, Luiz Alexandre G. Revisitando a discussão sobre a modernização da agricultura. In: FAJARDO, Sergio; DANTAS, Jhonatan dos S. **Geografia agrária, ruralidades e território**: processos locais no espaço rural. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2018, p. 9-36.

DESENVOLVIMENTO Humano para Além das Médias: 2017. Brasília: PNUD : IPEA : FJP, 2017. 127 p.

FAJARDO, Sergio. Considerações sobre os processos produtivos agrícolas e alguns reflexos na paisagem rural paranaense. **Anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA**. Dourados, 6 a 10 de novembro de 2018.

FAJARDO, Sergio. Equívocos nos usos da divisão regional oficial no estado do Paraná. **Geografar**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 86-99, jun. 2013.

FAJARDO, Sergio. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **RA E GA**, Curitiba, n. 11, p. 89-102, 2006.

FAJARDO, Sergio. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008, 414p.

FERREIRA, Sandra C. A centralidade de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava na rede urbana do Paraná. **RA'E GA**, Curitiba, n. 23, p. 631, 2011.

FLEISHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Chain, 1998.

FRESCA, Tania M. Industrialização recente da rede urbana do Norte do Paraná: cidades especializadas em produções industriais e transferência industrial. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 129-146, 2006.

FRITZSONS, Elenice et al. **Caracterização ambiental dos componentes estruturais de duas regiões do bioma mata Atlântica no Estado do Paraná**. Colombo: Embrapa Florestas, 2014. 36p.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estado do Paraná: Região Geográfica Intermediária (IBGE)**. Mapa. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Perfil-avancado-dos-municipios#>. Acesso em 29/10/2020.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranas: as espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IparDES, 2017. 239p.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Produto Interno Bruto (Referência 2010) segundo os municípios do Paraná – 2013-2017**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios>. Acesso em 15/10/2020.

LIMA, Jandir F. de. Valor adicionado fiscal do estado do Paraná: concentração e reestruturação regional. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 17, n. 2, abr./jun. 2020.

MASSUDA, Ely M. Produção e consumo de algodão e as indústrias de fiações de algodão no Paraná. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá, v. 27, n. 1, p. 61-68, 2005.

MAZER, Guilherme P.; CHRISTOFFOLI, Pedro I. Impactos do agronegócio florestal no território Caminhos do Tibagi – PR. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 35, p. 343-371, abr. 2020.

MEDEIROS, Paulo C. A face oculta da privatização e os desafios da gestão social das águas no estado do Paraná. **RA'E GA**, Curitiba, n. 10, p. 117-130, 2005.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004.

NERONE, Maria Magdalena. **Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015. 220 p.

PRATES, Thierry M. **Sistemas regionais de inovação em tecnologias ambientais: um estudo de caso sobre o Paraná**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Curitiba: UFPR, 2006. 204f.

RADAR IDHM : evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. Brasília : IPEA: PNUD : FJP, 2019. 65 p.

RAMOS, José M.; NUNES, Paulo, A.; BIANCO, Joseane L. Desigualdades regionais de desenvolvimento econômico do Paraná de 1999 a 2008. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v. 13, n. 23, p. 90-105, jul. 2011.

RANGEL, Sheila. As diferenças regionais em relação ao desenvolvimento sócio-econômico da agricultura familiar brasileira. **Revista Eletrônica de Administração (Online)**, v. 11, n.1, edição 20, jan-jun 2012.

RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir F. de. Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do estado do Paraná. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 136 - 149, jan./abr. 2009.

ROCHA, Adalberto; BARCHET, Isabela. O rural e o urbano no estado do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 115126, mai.-ago, 2015.

ROSA, Lilian da; SOUZA, Taciana S. de. Evolução do setor ervateiro durante o século XIX: uma análise dos avanços tecnológicos na cadeia produtiva. **História Econômica & História de Empresas**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 9-40, 2019.

SAMPAIO, Daniel P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: 2015. 234f.

SILVA, Nivaldo P. Da; FRANCISCO, Antonio C.; THOMAZ, Marcos S. **CVTempespaço**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 22-37, 2010.

SONDA, Claudia; BERGOLD, Raul C. Paraná: terra, floresta e gentes. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de O.; MARQUES, Sônia dos S. (orgs.). **Memória dos povos do campo no Paraná**: Centro-Sul. Curitiba: ITCG, 2013, p. 15-40.

SOUZA, Maria A. A. de. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 46, p. 38-87, dez. 1971.

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos A. O idioma ambiental e a promoção de caminhadas na natureza: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.293-322, jan./jun. 2012.

TRICHES, Rozane M.; KILLIAN, Leideliane. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios paranaenses. **Redes** (St. Cruz Sul, *Online*), v. 21, nº 3, p. 159 - 179, set./dez. 2016.

VICENTE, Raquel F.; VANZELA, André L. L.; TOREZAN, José M. Representatividade de ecossistemas no sistema de unidades de conservação no estado do Paraná, Brasil. **Natureza & Conservação**, v. 7, n. 1, p. 50-66, abr. 2009.

WACHOWICZ, Ruy. C. **História do Paraná**. 10ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

ZUBYK, Adriana R. et al. Eficiência na gestão dos gastos municipais em educação e saúde: um estudo baseado na análise envoltória de dados no estado do Paraná. **Enfoque**, Maringá, v. 38, n. 1, p. 123139, jan./abr. 2019.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA: CODÓ – MA ENTRE CERCAS, CULTURAS E CONFLITOS

Data de submissão: 19/12/2024

Data de aceite: 07/02/2025

Vanderson Viana Rodrigues

Doutorando em Geografia - UNICAMP,
Mestre em Geografia – UEPA, Pós-
graduando em Geografia do Brasil
- FAVENI; Licenciado em Geografia –
UEMA; Bacharelado em Gestão Pública
– Estácio; Assessor de Planejamento -
FUNAC

Texto original RODRIGUES, Vanderson Viana. Conflitos e divergência: a questão agrária em Codó no Maranhão. Anais do XV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94009>>. Acesso em: 16 out. 2024.

RESUMO: No presente estudo discorremos a análise dos conflitos socioterritoriais do/no município de Codó no Estado do Maranhão, buscando (re)descobrir as forças confrontantes, e a intensificação no número de conflitos agrários no município, uma vez que o sistema de objetos não é apenas técnico, mas também social, ou seja, é reflexo e condição de ações políticas que participam da produção de uma ordem territorial dinâmica e funcional que se transforma em função dos padrões

de produção e regulação capitalista. Tal processo gera conflitos, reflexos dos danos ambientais, da concentração fundiária e da sujeição dos produtores aos esquemas de financiamento à produção, em face do padrão produtivo que na região – conflitos que também emergem em razão do encontro de culturas diferentes e valores culturais etnocêntricos, os quais são portadores da ideologia da modernização as quais contrapõem aos das estruturas socioculturais preexistentes na região.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Agrária; Conflitos Socioterritoriais; Codó; Maranhão.

ABSTRACT: In the present study, we discuss the analysis of socio-territorial conflicts in/in the municipality of Codó in the State of Maranhão, seeking to (re)discover the opposing forces, and the intensification in the number of agrarian conflicts in the municipality, since the The system of objects is not only technical, but also social, that is, it is a reflection and condition of political actions that participate in the production of a dynamic and functional territorial order that is transformed according to the patterns of production and capitalist regulation. This process generates conflicts, reflections of environmental damage, the concentration

of land and the submission of producers to production financing schemes, in view of the productive pattern of the region, conflicts that also arise from the encounter of different cultures and values. ethnocentric cultural groups, which are carriers of the ideology of modernization that oppose the pre-existing socio-cultural structures in the region.

KEYWORDS: Agrarian Question; Socio-territorial conflicts; Codó; Maranhão.

INTRODUÇÃO

As análises das conflitualidades, se pautam na compreensão e distinção dos principais atores sociais envolvidos (camponeses e agentes do capital), dando ênfase aos grupos sociais marginalizados (Little, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder, e analisando as especulações de legitimação das práticas sociais de apropriação do território e seus recursos naturais.

A categoria geográfica Território é utilizada como base para as análises e discussões, para tanto, nos apoiaremos nos estudos de autores da Geografia e de outros campos do conhecimento, como Sociologia, História, Filosofia, Ciências Políticas, e outras que nos ajudarão na compreensão desta categoria. O conceito de território desenvolvido por importantes autores como Saquet (2007), Bozzano (2017), entre outros.

Empregamos também a categoria analítica “camponês”, por entender sua abrangência, aprofundamento teórico e utilização ao longo da história em diversos estudos e análises sobre a vivência e relação sociedade-natureza, além de ser uma terminologia que permite aprofundamento sócio-crítico, sócio-histórico, que se fundou muito antes do termo “agricultor familiar”. Neste sentido nos alinhavaremos pelas discussões feitas por autores como, Chayanov (1974), Martins (1981), Oliveira (2001).

Os estudos sobre a questão agrária e dos conflitos territoriais em diversas escalas, pois suscitaram questionamentos a respeito da realidade camponesa, de sua organização e das implicações do avanço de monoculturas e de empreendimentos (des)envolvimentistas no município de Codó no Maranhão, chamando-nos atenção, principalmente a invisibilidades dos camponeses e sobretudo, sua marginalização frente as ações de exclusão, que se dão sob a égide do discurso desenvolvimentista.

A questão central que buscamos responder neste trabalho é: como se dá a organização camponesa frente aos inúmeros conflitos territoriais e as necessidades, em especial ao autoconsumo e reprodução familiar, num contexto de expropriação de seu território efetivada por uma dinâmica de expansão e (des)envolvimento capitalista no espaço agrário codoense. Nesse contexto, a abordagem da presente temática fez-se relevante, uma vez que colocamos em análise os impactos das atividades com aporte técnico científico globalizado, sobre a vida/cotidiano e o/os territórios camponeses do município de Codó - MA.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, empregaremos como método, o materialismo histórico dialético (Marx, 1978; Netto, 2011), pois este possibilita analisar, como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos). Pois entendemos que, nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido, se focalizado isoladamente, sem conexão com os fenômenos que o cercam, pois todo fenômeno, tomado de qualquer campo da natureza, pode converter-se em um absurdo, se examinado sem conexão com as condições que o cercam.

No percurso metodológico deste estudo, valemo-nos em um primeiro momento, de uma pesquisa de caráter bibliográfico, em busca de dados secundários, realizada em livros, periódicos, anais de eventos, anuários e outros documentos elaborados pelo poder público e as sociedades civis (Marconi, & Lakatos, 2003).

Em um segundo momento, realizou-se trabalhos de campo, pois compreende-se a empiria como importante ferramenta para dar maior credibilidade à pesquisa. Nestes trabalhos, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, visando o levantamento de dados quali-quantitativos sobre os conflitos socioterritoriais que emergem entre os camponeses e os sojicultores em razão do avanço do agronegócio no município.

A área escolhida para averiguação in loco surgiu a partir do desenrolar de análises dos Cadernos de Conflitos no Campo Brasil, publicados anualmente pela CPT nacional, assim a comunidade a ser visitada é um Projeto de Assentamento Rural sob a égide do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A PSEUDOR REFORMA AGRÁRIA: UM “X” DA QUESTÃO

Por volta dos anos de 1960, cresceram os levantes populares e a pressão sobre o governo por parte dos movimentos sociais, órgãos de trabalhadores, sindicatos e a classe camponesas. Esses levantavam um debate acerca da reforma agrária e dos conflitos sociais, o que fez o governo militar tomar providências, buscando enfraquecer tais movimentos. Essas articulações não eram vistas com um caráter de representatividade social, e a reforma agrária não era considerada uma ação político-social. O governo acreditava que tais ações rebeldes seriam debeladas através de incentivo e subsídios que o governo buscava implantar naquele momento.

Feliciano (2006) sentencia que:

Por meio de incentivos e subsídios fiscais, pretendiam atrair grandes empresas, e assas ao lado do latifúndio, modernizava-se e aumentariam, assim, a produção, transformando a trabalho camponês em uma forma assalariada e o latifúndio em grandes empresários rurais. A esse processo denominou-se “modernização conservadora” (Feliciano, 2006, p. 36).

Ainda como ação deste governo, foi promulgada a lei 4.501 de 30 de novembro de 1964, que criava o Estatuto da Terra, que não abrangia somente a questão da reforma agrária, mas também era carregada de incumbência política e trazia, em sua descrição, arranjos da política agrícola e da modernização do campo. Em 9 de junho de 1970, por meio do decreto lei 1.100 foi criado o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com o objetivo de promover a destinação adequada de áreas para a reforma agrária e proteger a floresta.

Contudo, apenas em outubro de 1985, após muitas idas e voltas, principalmente pela bancada do agronegócio do senado federal é que foi aprovado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Contraditoriamente, o governo de José Sarney, o qual era consenso não ter qualquer simpatia pela reforma agrária, pois era considera controlador do monopólio governamental da terra no Maranhão, após a lei de terras, distribuiu à grandes empresas, vastas áreas a baixo custo, porém, sem considerar os camponeses e povos tradicionais, os quais já ocupavam estas áreas, acirrando a luta e causando inúmeros conflitos territoriais no Estado.

Nesse plano, havia a proposta de assentar famílias campesinas sem-terra. De acordo com Feliciano (2006), no I PNRA “o roteiro propunha o assentamento de três milhões de famílias em dez anos, fazendo com que a efetivação de uma reforma agrária constataste em mudanças estruturais também dos próximos mandatos.” Tais propostas não chegaram a sair efetivamente do papel, e a realização de uma reforma agrária abrangente e efetiva é almejada pelos camponeses, por movimentos sociais e por alguns setores da sociedade civil.

Com o passar dos anos, o desenrolar das lutas no campo e as inúmeras situações forçaram os governantes a desencadear algumas políticas de reforma agrária, políticas essas que não abrangeram todas as lutas pela terra no país, pois os governos brasileiros optaram por um viés político que privilegia parte da sociedade - os mais capitalizados - enquanto deixa às margens brasileiros que precisa da terra para sua manutenção de vida – os camponeses.

Atualmente, vivemos um período de “reforma agrária dos assentamentos¹”, em que até o termo “reforma” é questionável, pois, em seu sentido amplo, está ligado à iniciativa ou um projeto que procura implantar uma inovação ou conseguir uma melhoria no sistema ou na estrutura. Martins (2000, p. 37) refere-se a isto levantando um alerta “ao risco de que a reforma agrária se torne uma reforma agrária de mercado, [...] uma reforma agrária puramente imobiliária e quantitativa.

Martins (2000) afirma, ainda, que:

A viabilidade de cada uma das várias alternativas em jogo depende de circunstância sociais, políticas e históricas e depende, obviamente, de poder.

¹ Seguimento de ideias baseadas há princípio no que escreve José de Souza Martins no livro “Reforma agrária o impossível diálogo” (2000).

A reforma agrária passa necessariamente pelos canais institucionais da estrutura do Estado, mesmo nos casos das ocupações de terras privadas, nas ociosas, usadas como reserva de valor e meio de especulação, que dependem sempre de legalização, sem a qual sua ocupação não representaria a menor conquista (Martins, 2000, p. 41).

Esse modelo de reforma agrária propõe apenas amenizar os conflitos já existentes e os que surgirem pelo/no território, visando tão somente controlar momentaneamente a situação conflituosa, descredenciando, assim, as organizações e movimentos sociais. Compreendemos esta organização como uma mera política pública organizada de modo orgânico (Figura 1).

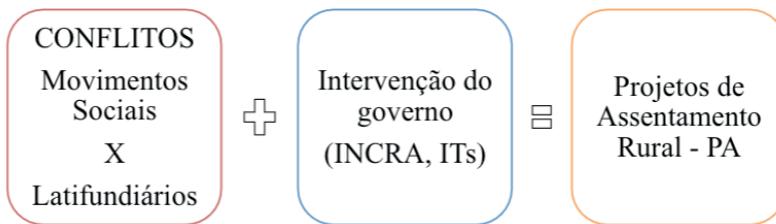


Figura 1 – Conjuntura da dita reforma agrária dos assentamentos

Org.: Rodrigues, 2023.

Cada parte do conjunto cumpre sua função desencadeando suas ações específicas, em que a luta de classes se mostra muito clara em seu sentido econômico. Esses atores ou complexos de agentes podem ser entendidos como:

- **Conflitos: Movimentos Sociais X Latifundiários** → Esses conflitos ocorrem em áreas de interesse social (latifúndios improdutivos ou áreas devolutas) e costumam englobar diversas organizações sociais que lutam pela terra. Podem também ocorrer em áreas de comunidades tradicionais que resistem na terra para não serem desterritorializadas.
- **Intervenção do Governo (INCRA, ITs²)** → O governo federal, por meio do INCRA ou dos Instituídos de Terras dos Estados, intervêm nas áreas em conflito, porém suas ações ficam muito aquém da necessidade de realização de uma reforma agrária, tendo em vista que essas instituições, que deveriam ser imparciais, na maioria das vezes acabam sendo influenciadas pelos latifundiários; além disso, recorrem ao argumento fatalístico, contra o qual não há como contra argumentar: a falta de dinheiro para a aquisição das áreas para serem destinadas à reforma agrária.
- **Projetos de Assentamento Rural** → As áreas destinadas aos projetos de assentamento, na maioria das vezes, são áreas cujos proprietários não têm mais interesse em mantê-las, geralmente são áreas degradadas, pelo uso extensivo e inadequado, e por isso mesmo, apresentam baixa produtividade, requerendo

² Institutos de Terras. Cada Estado tem seu IT, que é responsável pela implantação de assentamentos rurais estaduais.

altos investimentos para torná-las produtivas, além de serem áreas de difícil acesso e estarem longe de centros urbanos.

Segundo Terra (2009),

Hoje, o processo de reflexão sobre o agrário, entendido na dimensão da luta social pela conquista da terra e da permanência nela, (re)dimensiona-se na proporção que a discussão pela reforma agrária intensifica-se, não apenas na distribuição de terras, mas também na potencialização de seus projetos (Terra, 2009, p. 44).

Assim, identificamos que a reforma agrária hoje tem se tornado um instrumento de manobra dos governos que buscam amenizar os problemas relacionados aos conflitos no campo, se esquivando de fazer valer efetivamente uma reforma agrária de cunho revolucionário que mude a situação atual do campo brasileiro.

Stedile (2012), descreve a ação dos governos no que tange à reforma agrária como um programa de governo: não há uma reforma agrária que busque democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem produzir e dela usufruir. Como percalço, tem-se os entraves e falhas no acesso a terra, que tem levado inúmeras famílias a viverem nas margens das rodovias, embaixo de lonas ou em áreas onde sucedem constantes conflitos.

Os assentamentos rurais têm a função de abrigar as famílias que em sua maioria a anos lutam para se manter ou acessarem a terra, luta digna e que busca nada mais que a legitimidade dos direitos assegurados na Lei nº 4.504/64, que traz em seu artigo 2º a afirmação de que:

[...] é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista na lei.

§1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a. favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b. mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c. assegura a conservação dos recursos naturais;
- d. observa as obrigações legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (Brasil, 1964).

Os assentamentos são regulamentados pelo INCRA ou pelos ITs dos Estados. Segundo Leite (2012), estão atrelados, por um lado, a atual ação estatal direcionada ao controle e a delimitação do novo “espaço” criado e, por outro, as características dos processos de luta e conquista da terra empreendidos pelos trabalhadores rurais. No entanto, por conta da má aplicação e distribuição das políticas públicas, inúmeros assentamentos enfrentam dificuldades para serem implantados e para serem equipados com estruturas que visem uma melhor de vida para os assentados.

Sendo fruto de muita luta e persistência, os projetos de assentamento tem se refletido como territórios de ampla resistência e intensos conflitos, pois a questão fundiária remota ao passado colonial brasileiro, quando então iniciou a concentração de terras no Brasil. Hoje, mesmo com a política que cria os assentamentos, a complexidade da conjuntura agrária persiste pois, não raras as vezes, o processo de criação e implantação de assentamentos rurais ocorre muito lentamente e com muitas falhas no processo, o que acaba por colocar famílias inteiras em situação conflituosas e correndo sérios riscos de vida.

Outras vezes, o processo não completa todas as etapas necessárias para que as famílias possam efetivamente organizar sua vida de maneira minimamente razoável, em razão da não implantação de infraestruturas básicas. É nesta perspectiva que escolhemos como base empírica de nossa pesquisa o município de Codó no Maranhão, pois sua realidade coaduna com a situação relatada anteriormente, onde os camponeses, por descaso do INCRA, IT e do poder público em duas múltiplas escalas estão sendo perseguidos e literalmente atacados por grileiros, num processo desigual de pressão do capital sobre as comunidades locais que tem lutado pela terra e pela manutenção de seu território como forma de vida e de sobrevivência.

CONFLITOS TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE CODÓ

No tocante aos conflitos territoriais no município de Codó, no Estado do Maranhão, evidenciamos a infeliz tendência de aumento dos conflitos no Estado, sendo replicada pelo município de Codó, uma vez que o Maranhão lidera o número de conflitos no Brasil, e Codó, por sua vez, encabeça os números de conflitos no estado (CPT, 2017).

Ainda sobre o estado do Maranhão, observa-se uma posição histórica do conflito instaurado, em que a luta por terra é uma das maiores do Brasil, realidade que podemos analisar não apenas na atualidade, mas também ao longo da história do estado (Gráfico 1).

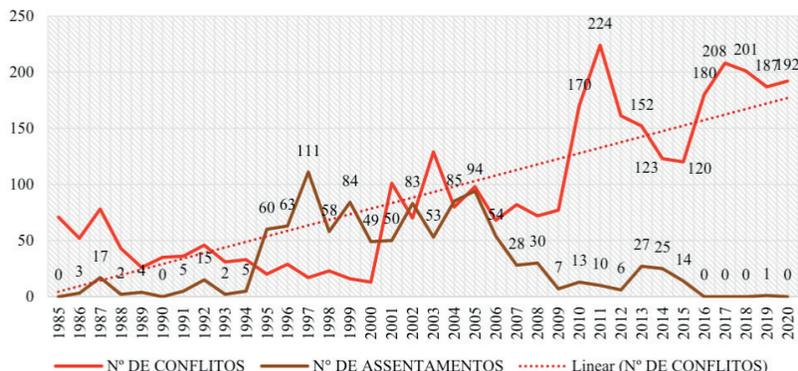


Gráfico 1 – Conflitos agrários no Estado do Maranhão no período de 1985 a 2020

Fonte: CPT, 2021.

Org.: Rodrigues, 2022.

Com essa configuração, o espaço agrário maranhense transforma o território e modifica as relações sociais de inúmeras famílias. O processo de instalação da tecnologia agrícola no Maranhão segue um padrão que pouco ou nada difere do de outras regiões do país, como o ocorrido no Sul e Sudeste, que se expandiu para o Centro-Oeste e hoje se faz presente por toda parte, avançando sobre os biomas do cerrado e da Amazônia brasileira, os quais testemunham uma reconfiguração de sua geografia e representam “também o surgimento de um novo *front* - frente pioneira do processo de ocupação do espaço através da agricultura no país” (Santos; Silveira, 2006).

Essa realidade em que grandes empresários do campo ceifam a vida de camponeses ou forçam uma retirada do território é, infelizmente, comum no Maranhão, haja vista os acirramentos das disputas dos grandes produtores para a implantação de pastagem e, mais recentemente, de campos produtores direcionados à agricultura tecnificada da lavoura capitalista que, para implementação das suas demandas, expulsa os camponeses para as pequenas cidades localizadas próximas às gigantescas plantações, geralmente produtoras de soja, eucalipto, ou, como no caso de Codó, Cana-de-açúcar.

No que se refere aos dados de conflitos, ao todo, segundo os dados da CPT, são 163 casos de conflitos registrados em Codó, durante o ano de 2000 a 2020 (Gráfico 2), com um contingente de famílias de 9.580. Desta forma, nota-se a violência com que o agronegócio no município de Codó utiliza como estratégia para desterritorializar os camponeses, em favor da produção em larga escala e da implementação do agroindustrial na região (CPT, 2019).



Gráfico 2 – Conflitos agrários no município de Codó - MA no período de 1985 a 2020

Fonte: CPT, 2021.

Org.: Rodrigues, 2022.

Desta forma, também entendemos que os conflitos no município de Codó provêm de uma historicidade profunda. Para compreendermos os processos que levaram a chegarmos nesse atual cenário, dentro da realidade codoense, faz-se necessário remeter ao passado,

à época da formação do município, a fim de assimilar os processos de ocupações do solo em Codó.

Neste sentido, evidenciamos os fluxos de escravos que se encontravam em Codó durante o processo de formação do município, uma vez que, durante o período colonial, Codó teve um forte destaque nas lavouras de algodão. Podemos afirmar que o processo de formação do município codoense e, desta forma, o desenvolvimento populacional, tem grandes destaques para os sujeitos escravizados; por estes motivos, o município abordado em questão é destaque no cenário quilombola no Maranhão.

Como já foi evidenciado neste trabalho, compreendemos que a luta de classes é uma causalidade do agir e pensar diferente, ou seja, a dualidade de pensamentos, ideias e interesses protagoniza a luta de classes. No entanto, também já explicitamos que essa difusão de pensamentos resulta em um conflito e que, dentro do conflito, as instituições do Estado Burguês e todo o aparelhamento dos capitais financeiros privados e públicos buscam apoiar e até mesmo subsidiar o conflito, estando ao lado dos grandes empresários.

Cabral (2013) nos fala que:

a ação direta de agentes públicos atuando como verdadeiros jagunços, atormentando a paz e tranquilidade de várias comunidades maranhenses. Podemos destacar policiais militares de Codó, comandados pelo oficial (xxxxx)³, que realizaram prisão e intimidações em comunidades tradicionais (Cabral, 2013, p. 03).

Neste sentido, entende-se que, grande parte das vezes, as organizações públicas do Estado buscam os interesses dos detentores do capital, colocando-se inclusive contrárias aos atores sociais que pertencem à mesma classe social – a classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade, resultando, desta forma, na fragmentação da classe operária e dos trabalhadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço agrário maranhense transforma o território e modifica as relações sociais de inúmeras famílias. O processo de instalação da tecnologia agrícola no Maranhão segue um padrão que pouco ou nada difere do de outras regiões do país, como o ocorrido no Sul e Sudeste, que se expandiu para o Centro-Oeste e hoje se faz presente por toda parte, avançando sobre os biomas do cerrado e da Amazônia brasileira, os quais testemunham uma reconfiguração de sua geografia e representam “também o surgimento de um novo front - frente pioneira do processo de ocupação do espaço através da agricultura no país” (Santos; Silveira, 2006).

Essa realidade, em que grandes empresários do campo, ceifam a vida de camponeses, ou forçam uma retirada do território, infelizmente é comum no Maranhão, haja vista os acirramentos das disputas dos grandes produtores para a implantação

³ Espaço onde tinha um nome e por razões éticas não vamos cita-lo.

de pastagem, e mais recentemente de campos produtores direcionados à agricultura tecnificada, da lavoura capitalista, que para implementação das suas demandas, expulsa os camponeses para as pequenas cidades localizadas próximas às gigantescas plantações, geralmente produtoras de soja, eucalipto, ou como no caso de Codó, Cana-de-açúcar.

No que se referi aos dados de conflitos, ao todo, segundo os dados da CPT são 183 casos de conflitos registrados em Codó, durante o ano de 2000 a 2022, com um contingente de famílias de 9.880. Desta forma, nota-se a violência com que o agronegócio no município de Codó se utiliza, como estratégia para desterritorializar os camponeses, em favor da produção e a implementação do agroindustrial (CPT, 2021).

Compreendemos que a luta de classes é uma causalidade do agir e pensar diferente, ou seja, a dualidade de pensamentos, ideias e interesses protagoniza a luta de classes, contudo também já explicitamos que essa difusão de pensamentos resulta em um conflito, e que dentro do conflito, as instituições do Estado Burguês e todo o aparelhamento do capital financeiro privado e muita das vezes público, buscam apoiar e até mesmo subsidiar o conflito estando ao lado dos grandes empresários.

Dito isto, apresentamos o caso da comunidades tradicionais Queimadas em Codó. Assim, nos basearemos em um documento construído pela SEDIHPOP, que nos traz elementos dentro o histórico de conflitos no município de Codó, destacaremos um conflito coletivo que perdura a mais de 30 anos, o qual se trata de um conflito no território quilombola de Queimadas, contra um Grupo Empresarial que vamos chamar por motivos éticos de “Oligarquia da Cana”.

No percorrer da disputa pela terra, nesses períodos de mais de 30 anos, destaca-se a postura mais truculenta e repressiva em que a empresa começou a executar, a partir de 2010, no ano de 2012, a “Oligarquia da Cana” começou-se a utilizar-se de ameaças, contra a vida das lideranças das comunidades, inclusive algumas lideranças dessas comunidades estão no Programa de Proteção aos Direitos Humanos.

O ano de 2012 também marcou como o ano do início do processo de reconhecimento das comunidades, junto ao INCRA, no ano de 2014, no mês de maio o processo judicial possui decisão liminar favorável à comunidade em sede de manutenção de posse, contudo o processo se encontra parado até os dias atuais.

Na comunidade de Queimados, a questão central envolve ameaças de morte por parte da “Oligarquia da Cana”, seguindo informações, que nos foi passada pela líder da comunidade, o conflito teve início em 2006, ano em que o suposto proprietário da empresa iniciou o processo de cobrança pelo foro da área utilizada.

Todavia, no ano de 2009, os camponeses na busca de organizassem na luta pela terra, fundaram a Associação de Moradores, dessa forma, a partir do ano de 2009, em ação deliberativa dos moradores da comunidade, em comum entendimento, de que pagar pelo foro da terra, se tratava de uma medida estratégica por parte dos agentes do capital, para pressionar a saída dos camponeses do seu território, dessa forma, a comunidade parou de

pagar o foro, após essa decisão, as tensões sobre o território aumentaram, e pode ser por essa medida, a causa do acirramento do conflito.

Ainda neste sentido, destaca-se o deserto verde, de cana-de-açúcar, que a empresa detém, que segundo os líderes comunitários, um dia já foi uma comunidade, todavia, na base do conflito, da expulsão violenta da terra, e um processo de desterritorialização, a “Oligarquia da Cana” transformou o lugar em uma espaço de economia complexa e contraditória, sob as ações do mundo globalizado, onde todos os espaços tornam-se “num espaço nacional de economia internacional” (Santos, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos socioterritoriais entre os camponeses e os agentes da territorialização da agricultura científica globalizada ocorrem principalmente em decorrência do avanço do agronegócio na região, e este, segundo os dados da CPT, são 183 casos de conflitos registrados em Codó, entre os ano de 2000 a 2022, com um contingente de famílias de 9.880.

A falta de uma verdadeira reforma agrária de base, órgãos públicos, como o INCRA e a Fundação Palmares na escala da união e o ITERMA na escala estadual, que deveriam atuar na realização de uma verdadeira reforma agrária, uma vez que estão sucateados e enfraquecidos e, muitas vezes, cooptados pelo governo federal.

Conclui-se que os conflitos e confrontos decorrentes das políticas desenvolvimentistas que ocorreram e ocorrem atualmente no território codoense têm refletido na vida dos camponeses locais, os quais têm passado por inúmeras mazelas ocasionadas pelas situações que lhes são impostas. Os distintos aspectos e dimensões daquilo que se convencionou denominar de desenvolvimento das grandes empresas e fazendas de grãos do município de Codó tem refletido em problemáticas para população local, tanto da cidade como do campo.

REFERÊNCIAS

BOZZANO, H. *Territorios posibles: procesos, lugares y actores*. 3 Ed. Buenos Aires: Lumiere, 2017.

CABRAL, M. S. C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo no Brasil* – 2019. CPT: Goiânia, 2020, 169p

FELICIANO, C. A. *Movimento camponês rebelde: A reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto 2006.

FERNANDES, B. M. *Movimento dos Trabalhadores rurais sem-terra (MST)*. In; CALDART, R. S. et al. (Org.) *Dicionário da Educação do campo*. Rio de Janeiro – São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 496-507.

- FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Ed.). **Luta pela terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007.
- HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- LITTLE, P. E. **Ecologia política como etnografia: uma guia teórica e metodológica**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- MARQUES, I. M. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Presidente Prudente: **Revista NERA** – ano 11, N. 12 – janeiro/ junho de 2008.
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, K. “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.” In: Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PISCIOTTA, K. **Pesquisa científica em unidades de conservação da Mata Atlântica paulista. 2003**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: < https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09122019-173701/publico/2019_KatiaReginaPisciotta_VCorr.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- SANTOS, M. **Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo – SP. Ed. USP. 5ª Ed. 2011.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SPIRKINE, A. YAKHOT, O. **Princípios do Materialismo Histórico**. São Paulo: Estampa, 1975.
- TERRA, A.; RODRIGUES, V. V. Conflitos socioterritoriais entre camponeses e sojicultores no município de Balsas Maranhão. In: SANTOS, L. C. A. et al. (Org.) **Geografia: Trabalho, sociedade e meio ambiente**. São Luís: Editora UEMA, 2018.
- ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: INCLUSÃO NO CENSO E DESAFIOS DA TITULAÇÃO DE TERRAS

Data de submissão: 03/01/2025

Data de aceite: 07/02/2025

Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco

Mauricio Zadra Pacheco

RESUMO: O presente capítulo aborda as Comunidades Quilombolas no Brasil, que foram pela primeira vez incluídas no Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), examinando a complexa situação desses grupos étnico-raciais descendentes de escravizados sob a ótica dos direitos humanos. O processo de regularização fundiária, entretanto, tem sido caracterizado por uma progressão lenta e enfrenta obstáculos políticos e burocráticos significativos, o que expõe essas comunidades a conflitos agrários e violações de direitos humanos. A metodologia adotada inclui revisão bibliográfica e análise documental, explorando as legislações atuais, políticas públicas e os dados oficiais divulgados pelo IBGE. Além de examinar as informações o estudo busca contextualizar os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no acesso à terra e na garantia de seus direitos fundamentais, destacando as lacunas ainda presentes no processo de reconhecimento e proteção

dessas comunidades historicamente marginalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Territórios Quilombolas, Políticas Públicas, Regularização Fundiária

ABSTRACT: This chapter addresses Quilombola Communities in Brazil, which were included for the first time in the Census conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), examining the complex situation of these ethnic-racial groups descended from enslaved individuals from a human rights perspective. However, the process of land regularization has been marked by slow progress and faces significant political and bureaucratic obstacles, exposing these communities to agrarian conflicts and human rights violations. The methodology employed includes literature review and document analysis, exploring current legislation, public policies, and official data released by IBGE. In addition to examining the data, the study aims to contextualize the challenges faced by Quilombola communities in land access and the guarantee of their fundamental rights, highlighting the existing gaps in the recognition and protection process for these historically marginalized communities.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas representam um elemento significativo e historicamente relevante da população brasileira, cujas origens remontam à resistência contra a escravidão. Reconhecidas pela Constituição Federal de 1988, no Art. 68. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988), essas comunidades têm direitos assegurados que visam garantir sua existência digna e a preservação de sua cultura e território.

No entanto, a realidade cotidiana das comunidades quilombolas no Brasil revela um panorama complexo, marcado pela luta contínua por reconhecimento e igualdade. A análise dos direitos humanos aplicados a essas comunidades destaca a importância de políticas públicas eficazes e do cumprimento rigoroso das leis que protegem seus direitos territoriais, culturais e socioeconômicos. O estado do Paraná, embora possua diversas comunidades quilombolas certificadas, enfrenta dificuldades na efetiva titulação dessas terras e na implementação de políticas públicas eficazes. A falta de infraestrutura adequada e a morosidade dos processos administrativos agravam a situação, expondo essas populações à insegurança fundiária e social.

Atualmente, a identificação das comunidades quilombolas nos processos de licenciamento ambiental é uma exigência fundamental para assegurar que suas especificidades culturais, sociais e econômicas sejam devidamente consideradas. Essa identificação permite a integração dessas comunidades nos estudos ambientais e territoriais, contribuindo para a formulação de projetos de desenvolvimento que respeitem seus direitos e garantam a preservação de seu modo de vida.

Essa especificação está descrita na Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, conforme sua ementa a referida Portaria estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. (Brasil, 2015)

Ademais, o Censo Demográfico de 2022 incluiu, pela primeira vez, as comunidades quilombolas como categoria estatística, um marco fundamental para a visibilidade e formulação de políticas públicas voltadas a esses grupos. A inclusão no Censo permite a obtenção de dados detalhados sobre sua distribuição geográfica, condições de moradia e acesso a serviços públicos, além de fortalecer o reconhecimento institucional dessas comunidades no planejamento governamental. Esse levantamento também possibilita um diagnóstico mais preciso das desigualdades enfrentadas pelos quilombolas e contribui para a formulação de ações mais eficazes para a garantia de seus direitos. Segundo o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), essa população se autodeclara quilombola e se caracteriza por sua identidade étnica e histórica, fundamentada na resistência à opressão sofrida ao longo dos séculos.

Para o IBGE quilombola ou indígena é a pessoa que assim se identifica. A pergunta sobre identidade étnica para indígenas foi incluída pela primeira vez no Censo de 1991 e foi mantida nos Censos subsequentes. Conforme o Decreto 4.887/2003 como “grupos étnicos, segundo critérios de auto atribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida” (IBGE, 2022)

Este capítulo tem como objetivo analisar a situação das comunidades quilombolas no Brasil, com ênfase no estado do Paraná, abordando os desafios da regularização fundiária, o impacto das políticas públicas e a relevância da inclusão dessas comunidades no Censo Demográfico de 2022. Busca-se compreender os entraves à efetivação de seus direitos territoriais e sociais, bem como os mecanismos institucionais que influenciam a proteção e o reconhecimento dessas populações. Além disso, apresenta um panorama atualizado dessas comunidades com base nos dados do Censo Demográfico de 2022, permitindo compreender sua distribuição geográfica, condições socioeconômicas e desafios enfrentados. O estudo compreende os entraves e lacunas no processo de reconhecimento dessas comunidades e a forma como os mecanismos legais e institucionais têm atuado para assegurar seus direitos fundamentais territoriais e de planejamento.

A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica e documental, além da análise espacial realizada com o uso do software QGIS, permitindo a visualização territorial dessas comunidades e a relação entre sua distribuição e os desafios enfrentados.

Dessa forma, este capítulo se estrutura em duas partes principais: a primeira examina a definição das comunidades quilombolas e os desafios na regulamentação de seus territórios, enquanto a segunda apresenta uma análise detalhada da distribuição geográfica, condições socioeconômicas e políticas públicas voltadas a essas comunidades, com ênfase no estado do Paraná. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica e análise documental, sendo complementada pelo uso do software QGIS para representar espacialmente as comunidades quilombolas, facilitando uma abordagem georreferenciada sobre sua localização e condições territoriais.

DESENVOLVIMENTO

Quilombo é a denominação para comunidades formadas por pessoas escravizadas que resistiram ao regime escravocrata, vigente no Brasil por mais de 300 anos até sua abolição em 1888. Os quilombos surgiram através de diversos processos, incluindo fugas para terras livres e isoladas, conquistas de liberdade por meio de heranças, doações, recebimento de terras como pagamento por serviços prestados ao Estado e permanência

nas terras que ocupavam e cultivavam dentro de grandes propriedades. Há também registros de compra de terras, tanto durante o período escravocrata quanto após sua abolição. O que caracterizava os quilombos era a resistência e a conquista da autonomia. A formação dos quilombos representou a transição da condição de escravo para a de camponês livre. (Observatório Terras Quilombolas, 2022)

Os quilombos continuaram a existir e a ser formados mesmo após o fim formal da escravidão. A existência de quilombos contemporâneos é uma realidade em toda a América Latina. Essas comunidades são encontradas em países como Colômbia, Equador, Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua. Em muitos desses países, assim como no Brasil, o direito às terras tradicionais é reconhecido pela legislação nacional. Além disso, os direitos das comunidades quilombolas são assegurados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Brasil e por diversos outros países latino-americanos. (Observatório Terras Quilombolas, 2022)

A Constituição brasileira reconheceu pela primeira vez a existência e os direitos dos quilombos contemporâneos somente em 1988, exatos 100 anos após a abolição da escravidão. A CF/88 garantiu às comunidades descendentes de quilombos o direito à propriedade de seus territórios coletivos. No entanto, a efetivação desse direito continua a representar um grande desafio até os dias atuais. A primeira titulação ocorreu sete anos após o reconhecimento constitucional, em novembro de 1995, quando o Quilombo Boa Vista se tornou proprietário de seu território. (Observatório Terras Quilombolas, 2022)

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) é amplamente reconhecido como um marco no processo de reconhecimento dos direitos humanos dos quilombolas no Brasil, atuando como um precursor para outras ações e políticas públicas voltadas a essas comunidades. (Lins; Marques, 2022)

Com o objetivo de combater a injustiça histórica da subalternização do povo negro através da regulamentação fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados por eles, o artigo estabelece a obrigação do Estado de emitir títulos de propriedade para as terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. No entanto, o artigo não delinea o procedimento específico para tal, nem define como se daria o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e a regularização fundiária dos territórios. (Lins; Marques, 2022)

No Brasil as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) consistem em grupos étnico-raciais descendentes de escravizados que desde o período escravocrata, têm enfrentado contínua opressão tanto por parte do Estado quanto da sociedade. Essas comunidades apresentam características singulares em termos de organização social, atividades econômicas e práticas culturais (Vieira, Gonçalves, Silva, 2019).

De acordo com os dados apresentados pela Fundação Cultural Palmares em 2017, existem aproximadamente 3.051 comunidades quilombolas autodeclaradas no território brasileiro, dessas, 747 estão localizadas no estado da Bahia. No entanto, segundo

estimativa da Fundação o número total de comunidades remanescentes pode chegar a quase 5 mil, considerando que muitas não iniciaram os processos de regularização fundiária ou não foram certificadas pelo Estado. Destacando que esse processo depende tanto dos órgãos responsáveis pela transmissão de informações e direitos quilombolas quanto da autoafirmação identitária dos membros das comunidades (Vieira, Gonçalves, Silva, 2019).

Sobre os Territórios Quilombolas a autora Carvalho pontua que,

As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988. (Carvalho, 2016, p. 2)

As comunidades remanescentes de quilombo, ou quilombos contemporâneos, são grupos sociais cuja identidade étnica continua a distingui-los. Essa identidade étnica fundamenta a organização interna do grupo, suas relações com outros grupos e suas ações políticas. A definição da identidade quilombola resulta de uma combinação de fatores, escolhidos pelo próprio grupo, que incluem uma ancestralidade comum, formas específicas de organização política e social, e elementos linguísticos e religiosos. (Observatório Terras Quilombolas, 2022)

As leis e normas federais relacionadas às comunidades quilombolas no Brasil são fundamentais para garantir seus direitos territoriais e culturais. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 68 ADCT, 215 e 216, reconhece a importância histórica e cultural dessas comunidades, orientando políticas de gestão territorial e ambiental específicas. Instrumentos como o Decreto nº 11.786/2023 e a Portaria ICMBio nº 16/2024 estabelecem diretrizes para implementação de programas como o Aquilomba Brasil, visando fortalecer a gestão sustentável dos territórios quilombolas. Normativas do IPHAN e do INCRA regulamentam procedimentos para proteção do patrimônio quilombola, assegurando sua preservação histórica e ambiental, enquanto decretos ministeriais reorganizam estruturas para melhor atender às demandas dessas comunidades. Essas iniciativas refletem o compromisso do governo brasileiro com a inclusão e a proteção dos direitos das populações tradicionais.

Apesar das garantias constitucionais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, o estado do Paraná vem desenvolvendo legislações específicas desde 2007 para promover os direitos e a valorização das comunidades quilombolas. Através de leis, decretos e resoluções, o Paraná instituiu medidas que buscam reconhecer e fortalecer o patrimônio cultural, promover o desenvolvimento sustentável, além de estabelecer órgãos e grupos de trabalho dedicados às questões quilombolas. Conforme o quadro a seguir:

Lei Ordinária nº 20.758, de 4 de novembro de 2021	Institui o Circuito Cicloturístico Quilombos da Ribeira e Parque das Lauráceas.
Resolução Seed nº 4.810, de 08 de dezembro de 2020	Dispõe sobre o processo de designação de Diretor e Diretor Auxiliar das instituições de ensino indígenas e quilombolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.
Decreto nº 3.534, de 29 de novembro de 2019	Instituiu grupo de trabalho para a realização de estudos, estratégias e propostas afetas às questões das comunidades Quilombolas e comunidades Tradicionais do Estado do Paraná.
Lei Ordinária nº 18.492, de 24 de junho de 2015	Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências.
Lei Ordinária n.º 17.773, de 29 de novembro de 2013	Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF–PR.
Lei n.º 17.447, de 27 de dezembro de 2012	Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR).
Lei n.º 17.425, de 18 de junho de 2012	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná – CPICT/PR, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, e dá outras providências.
Resolução SESA 614, de 12 de novembro de 2010	Institui Grupo de Trabalho Executivo para subsidiar o avanço da equidade na Atenção à Saúde da População Negra e dá outras providências.
Decreto 5.429, de 23 de setembro de 2009	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Alimentação Escolar - CEAE.
Decreto n.º 272, de 7 de março de 2007	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – CEDRAF.

Quadro 1- Legislação Estadual – Paraná, referente as comunidades Quilombolas

Fonte: (Observatório Terras Quilombolas, 2022)

Nas questões territoriais e na luta pela regularização fundiária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através da Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinvasão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos conforme a indicação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Está na competência do INCRA a regulamentação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas, essa caracterização será atestada mediante a autodefinição da comunidade.

O processo administrativo se inicia por requerimento de qualquer interessado, por entidades ou associações representativas de quilombolas, ou de ofício pelo INCRA. Este requerimento pode ser escrito ou, se verbal, deve ser formalizado por um representante do INCRA. Na Instrução Normativa nº57/2009 o INCRA estabelece os processos administrativos para a abertura do processo conforme veremos a seguir.

- **Informações Necessárias:** A comunidade ou interessado deve fornecer informações sobre a localização da área a ser identificada.
- **Superintendências Regionais:** Devem manter atualizadas as informações sobre os pedidos de regularização das áreas de quilombos e os processos em andamento nos sistemas do INCRA.
- **Certidão Necessária:** Os procedimentos subsequentes só começam após a apresentação da certidão prevista no art. 6º.
- **Notificação de Órgãos e Entidades:** Os órgãos e entidades mencionados no art. 12 serão notificados pelo Superintendente Regional do INCRA após a instauração do processo administrativo para fornecerem informações relevantes.

Para a identificação e delimitação serão necessários:

- **Reuniões Preliminares:** O estudo e definição da terra reivindicada começam com reuniões entre a comunidade e um grupo técnico interdisciplinar nomeado pelo INCRA para apresentação dos procedimentos a serem adotados.
- **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID):** O RTID caracteriza a terra ocupada pela comunidade com base em estudos técnicos, científicos e antropológicos, abrangendo aspectos espaciais, econômicos, ambientais e socioculturais. Ele é elaborado pela Superintendência Regional do INCRA e enviado ao Comitê de Decisão Regional para deliberação.
- O RTID deve incluir: 1) **Relatório Antropológico:** Caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da área quilombola, com metodologia, dados gerais do grupo, histórico da ocupação, organização social e práticas produtivas. 2) **Levantamento Fundiário:** Identificação de ocupantes não-quilombolas, descrição das áreas ocupadas e análise dos títulos de posse ou domínio. 3) **Planta e Memorial Descritivo:** Detalhamento do perímetro da área reivindicada e das ocupações lindeiras. 4) **Cadastramento de Famílias:** Utilização de formulários específicos do INCRA. 5) **Situações de Sobreposição:** Especificação de áreas sobrepostas a unidades de conservação, terras indígenas, entre outras. 6) **Parecer Técnico e Jurídico:** Análise conclusiva da proposta de área.

Após a conclusão do RTID, este é submetido ao Comitê de Decisão Regional do INCRA. Se aprovado, é publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federativa onde se localiza a área, além de ser afixado na Prefeitura Municipal.

Durante a elaboração do RTID, a comunidade tem o direito de: Ser informada sobre a natureza do trabalho; preservar sua intimidade conforme seus padrões culturais; autorizar o uso das informações obtidas para outros fins; acessar os resultados do levantamento realizado.

Esses procedimentos estabelecidos na referida instrução normativa tem o intuito de garantir a participação ativa das comunidades quilombolas e a transparência no processo de regularização fundiária. (INCRA, 2009)

Discutir os quilombos e os quilombolas no contexto político atual é, portanto, abordar

uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica ainda em desenvolvimento. Embora possa parecer pertinente equiparar a questão das terras de quilombos à das terras indígenas, essas questões são semelhantes apenas em relação aos desafios e embates já visíveis, tanto no plano conceitual (quanto à identificação do fenômeno em questão) quanto no plano normativo (quanto à definição do sujeito de direito, os critérios, etapas e competências jurídico-políticas) (Leite, 2000)

Não por acaso, há uma relação emblemática frequente entre as lutas dos povos indígenas pela demarcação de suas terras e a luta dos afrodescendentes pela titulação das áreas que ocupam, em alguns casos, há mais de um século. (Leite, 2000).

A autora destaca ainda que, nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, conhecidos como negros, em todo o território nacional, têm se organizado em associações quilombolas para reivindicar o direito à permanência e ao reconhecimento legal da posse das terras que ocupam e cultivam para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores específicos (Leite, 2000).

Em relação ao reconhecimento das terras indígenas, o estado brasileiro tem adotado as seguintes medidas: decretação de áreas reservadas (embora muitas solicitações ainda estejam em andamento), publicação de legislação protetora e implementação de instituições e projetos assistencialistas (Leite, 2000).

Leite (2000) ao analisar a autora Lovell, 1991, no texto *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*, aponta que ao longo do processo de formação social brasileira, o usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais tornaram-se moedas de troca, configurando um sistema sutilmente hierarquizado pela cor da pele. Nesse contexto, a cor passou a determinar níveis de acesso, especialmente à educação e à compreensão do valor da terra, tornando-se um valor “embutido” nas transações. Processos de expropriação reforçaram a desigualdade dessas transações, permitindo que, hoje, possamos identificar claramente os ganhadores e perdedores, assim como quem exerceu e controlou as regras que definem quem tem o direito de se apropriar.

A primeira Lei de Terras no Brasil, promulgada em 1850, categorizou os africanos e seus descendentes como “libertos”, excluindo-os da condição de brasileiros. Desde então, esses grupos enfrentaram diversos tipos de discriminação racial, arbitrariedades e violência, evidenciadas pela cor da pele, que os marcava e denunciava. Os negros foram frequentemente expulsos ou removidos dos lugares onde escolheram viver, mesmo quando adquiriram a terra por compra ou herança de antigos senhores através de testamentos registrados em cartórios. Para eles, simplesmente apropriar-se de um espaço para morar tornou-se um ato de resistência e luta (Leite, 2000).

Essa situação se esclarece com a introdução do conceito de quilombo como uma forma de organização e resistência, um espaço conquistado e mantido ao longo das gerações. Na contemporaneidade, o quilombo representa para essa parte da sociedade brasileira não apenas um passado a ser lembrado, mas principalmente um direito a

ser reconhecido. Isso inaugura uma demanda significativa na política nacional, na qual afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e ativistas são convocados a definir o que constitui um quilombo e quem são os quilombolas (Leite, 2000).

Se abordarmos essas questões com uma perspectiva que favoreça o enfrentamento, é fundamental lembrar a importância de tratar as diversas situações que marcaram a existência dos Quilombos no Brasil. Para isso, é essencial afastar os múltiplos entendimentos incorretos associados ao termo “Quilombo”, que foram forjados principalmente por interpretações inadequadas, baseadas em conteúdos impostos pela própria política de repressão oficial, ou seja, sem a devida contextualização. A definição clássica de Quilombo é a formal, que remonta ao século XVIII. Naquela época, essa interpretação jurídica estava impregnada por uma visão intervencionista, centrada na ideia de fuga ou negros fugitivos. Essa visão distorcida permanece até hoje como a imagem dos Quilombos (Chagas, 2001).

A restituição do aspecto quilombola reside na transição da condição de escravo para a de camponês livre, independentemente das estratégias empregadas para alcançar essa liberdade, como fuga, negociação com os senhores ou herança, entre outras. Nessa definição, a fuga é apenas um dos muitos fatores a serem considerados. Vale destacar que, nesse contexto, a conexão com a história quilombola é restabelecida como um vínculo sociocultural e histórico com um tipo e qualidade de organização social, mais do que um simples traçado linear de ligações com o passado (Chagas, 2001).

Assim, abre-se espaço para compreender e valorizar plenamente os diversos elementos que constituem o fenômeno Quilombo, por meio de uma perspectiva ampla que permita novos entendimentos, menos voltados para estereótipos e mais focados em um modo de vida específico (Chagas, 2001).

Nesse sentido Novaes pontua que

A identidade, tal como nos exemplos que assinalamos atrás, permite a criação de um nós coletivo, que leva a uma ação política, embora momentânea... A identidade emerge quando sujeitos políticos se constituem e, neste sentido, a possibilidade de criação de um sujeito coletivo feminino, um “nós mulheres”, “nós índios”, “nós homossexuais”, implica, necessariamente, a desconsideração das diferenças que marcam a distância entre estes vários grupos unidos num único sujeito político. (Novaes, 1993, p. 22).

Embora o estatuto do sujeito político esteja cada vez mais influenciando as práticas comunitárias dos grupos envolvidos, a interpretação e as articulações que essas comunidades estão fazendo da figura jurídica do sujeito de direito “remanescente de quilombo” também estão moldando os contornos da política de reconhecimento fundamentada no dispositivo constitucional. Por ironia, ou não, direta ou indiretamente, isso reitera a necessidade de enfrentamento com uma lógica igualitária formal que, ao longo da história, sistematicamente os submeteu ao campo da ilegalidade. (Chagas, 2001).

Sob essa perspectiva, o reconhecimento do “outro” e a possibilidade de gerar um discurso relativizador nas lutas por reconhecimento destacam o complexo problema dos

paradoxos entre igualdade e diferença. Se a igualdade permite certas ações e não outras, o reconhecimento da diferença também terá suas próprias limitações e capacidades? (Dumont, 1985)

Essas questões, levantadas como um alerta contra as armadilhas de um multiculturalismo conservador, Boaventura de Souza Santos (2000) observa que todas as culturas tendem a organizar pessoas e grupos de acordo com dois princípios de pertencimento hierárquico, resultando em concepções concorrentes de igualdade e diferença. Assim, pessoas e grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.

No contexto de políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas no Brasil têm como objetivo primordial a garantia dos direitos territoriais, culturais e sociais dessas populações, promovendo seu desenvolvimento sustentável. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabelece o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, sendo esta uma conquista fundamental para o reconhecimento legal dessas comunidades (BRASIL, 1988). Ademais, o Decreto n.º 4.887/2003 regulamenta os procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas, formalizando a proteção territorial desses grupos (BRASIL, 2003).

No contexto histórico, a formação das comunidades quilombolas remonta ao período colonial, quando negros escravizados fugiam para formar comunidades autossustentáveis, conhecidas como quilombos. Essas comunidades têm enfrentado desafios contínuos para o reconhecimento de seus direitos. De acordo com Oliveira (2002), as questões conceituais, históricas e jurídicas em torno dos quilombos são complexas, exigindo uma abordagem multidisciplinar para compreender e implementar políticas eficazes. A titulação de terras é um dos principais desafios, com avanços significativos sendo registrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas ainda com muitos obstáculos a serem superados.

Uma iniciativa central no apoio às comunidades quilombolas é o Programa Brasil Quilombola, formulado no âmbito da extinta Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Este programa visa a integração de políticas públicas de diversas áreas, como educação, saúde, infraestrutura e desenvolvimento econômico, adaptadas às necessidades específicas das comunidades quilombolas. O Programa Brasil Quilombola se destaca por sua abordagem intersetorial e pela articulação com governos estaduais, municipais e a sociedade civil, buscando promover o acesso aos direitos e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades quilombolas (SEPPIR, 2024).

É no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ) que se desenvolve a Agenda Social Quilombola, cujas ações são organizadas em quatro principais eixos. O primeiro eixo é o acesso à terra, com ações focadas na regularização fundiária. O segundo eixo é a infraestrutura e qualidade de vida, abrangendo promoção da saúde, saneamento básico,

fortalecimento da educação quilombola e melhoria das instalações escolares, Programa Luz para Todos, apoio à recuperação ambiental de comunidades e acesso a recursos hídricos para a produção local, como a construção de cisternas.

O terceiro eixo é a inclusão produtiva e desenvolvimento local, com ações que incentivam o desenvolvimento sustentável baseado nas oportunidades existentes nas comunidades, identificadas e apoiadas por processos educativos voltados à geração de renda e aos aspectos econômicos e sociais. Isso inclui o fortalecimento de instâncias produtivas ou organizativas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O quarto eixo é os direitos de cidadania, que fomenta a participação e o controle social pelos quilombolas no cumprimento de seus próprios direitos. Este eixo também abrange programas de transferência de renda e assistência social, como o Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada, políticas de fomento à segurança alimentar e a distribuição emergencial de cestas alimentares para comunidades e famílias em estado de vulnerabilidade nutricional (BRASIL, 2009, p. 27-33).

As políticas públicas para as comunidades quilombolas também envolvem a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável. O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (PNPCT) é um exemplo de iniciativa governamental que visa assegurar o acesso a recursos e serviços básicos, como educação, saúde e infraestrutura, adaptados às especificidades culturais dessas comunidades (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2013). Gonçalves e Colis (2019) destacam que, embora haja avanços, os desafios para a implementação efetiva dessas políticas incluem a falta de recursos financeiros, a burocracia e a resistência política.

As organizações da sociedade civil desempenham um papel crucial na defesa dos direitos quilombolas e na promoção de políticas públicas inclusivas. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) é uma das principais entidades que atuam na articulação e defesa dos direitos dessas comunidades. A atuação da CONAQ e de outras ONGs tem sido fundamental para pressionar o governo a cumprir suas obrigações constitucionais e garantir a participação ativa dos quilombolas no processo de formulação e implementação de políticas públicas (CONAQ, 2020). Portanto, a efetivação dessas políticas exige um esforço conjunto entre o Estado e a sociedade civil para assegurar o reconhecimento pleno e a proteção dos direitos das comunidades quilombolas no Brasil.

De acordo com Gonçalves e Colis (2019), as políticas públicas destinadas a essas comunidades têm avançado, mas ainda há muitos obstáculos a serem superados. As garantias de direitos territoriais, culturais e sociais são essenciais para a preservação e o desenvolvimento dessas comunidades.

O reconhecimento e a titulação das terras quilombolas são aspectos cruciais na proteção dos direitos dessas comunidades. Contudo, o processo de regularização fundiária tem sido lento e enfrenta resistência política e burocrática. Oliveira (2020) destaca que a

falta de titulação de terras expõe essas comunidades a conflitos agrários e violações de direitos humanos, comprometendo sua segurança e subsistência.

As condições de vida das comunidades quilombolas também são uma questão de direitos humanos. Muitas dessas comunidades enfrentam desafios relacionados à saúde, educação, infraestrutura e acesso a serviços básicos. O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH, 2020) tem chamado a atenção para a necessidade de políticas públicas que garantam a melhoria das condições de vida dessas populações e a Anistia Internacional (2020) ressalta que o empoderamento dessas comunidades é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que seus direitos sejam respeitados. Portanto, a promoção dos direitos humanos das comunidades quilombolas exige um esforço conjunto entre o Estado, a sociedade civil e as próprias comunidades, para assegurar uma justiça social verdadeira e duradoura.

No Brasil, existem inúmeras comunidades quilombolas espalhadas por diversos estados. Algumas das mais conhecidas e significativas incluem:

1. Quilombo dos Palmares (Alagoas): Este é talvez o mais famoso quilombo do Brasil, tendo sido um grande símbolo de resistência à escravidão. Localizado na Serra da Barriga, o Quilombo dos Palmares abrigou milhares de escravos fugitivos durante o século XVII e foi liderado por figuras emblemáticas como Zumbi dos Palmares (GONÇALVES; COLIS, 2019).

2. Quilombo de Ivaporunduva (São Paulo): Localizado no Vale do Ribeira, este quilombo é um dos mais antigos do país, com mais de 300 anos de história. A comunidade de Ivaporunduva tem lutado pela regularização fundiária e pela preservação de suas tradições culturais (OLIVEIRA, 2020).

3. Quilombo Kalunga (Goiás): Compreende várias comunidades localizadas na região da Chapada dos Veadeiros. É considerado um dos maiores territórios quilombolas do Brasil, conhecido por sua rica herança cultural e pela luta contínua por direitos territoriais (GONÇALVES; COLIS, 2019).

4. Quilombo de Caiana dos Crioulos (Paraíba): Situado na região do Vale do Piancó, este quilombo é conhecido pela preservação de suas tradições culturais e pela resistência histórica dos seus habitantes (ANISTIA INTERNACIONAL, 2020).

5. Quilombo do Rio das Rãs (Bahia): Localizado no município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, este quilombo é conhecido por sua organização comunitária e por ser um dos primeiros a ter suas terras tituladas pelo governo federal (CNDH, 2020).

6. Quilombo de Conceição das Crioulas (Pernambuco): Localizado no Sertão de Pernambuco, é uma comunidade que tem lutado por seus direitos territoriais e pela manutenção de sua cultura e tradições (CONAQ, 2020).

7. Quilombo do Campinho da Independência (Rio de Janeiro): Situado em Paraty, é um exemplo de comunidade que tem buscado o desenvolvimento sustentável através do turismo comunitário, preservando suas tradições e cultura (ANISTIA INTERNACIONAL, 2020).

8. Quilombo de Frechal (Maranhão): Conhecido por sua luta pela regularização fundiária e pela preservação de sua identidade cultural, este quilombo tem uma história rica e significativa (GONÇALVES; COLIS, 2019).

No próximo tópico do Panorama da Comunidade Quilombola no Brasil e no Paraná, serão apresentados dados demográficos e estatísticos que evidenciam a representatividade dessas comunidades no contexto nacional. A análise destacará a proporção da população quilombola em relação ao total do país, enfatizando sua distribuição geográfica e a relevância desses territórios no cenário social e político brasileiro. Compreender a dimensão populacional dessas comunidades é essencial para embasar políticas públicas e fortalecer a garantia de seus direitos territoriais e culturais.

PANORAMA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO BRASIL E NO PARANÁ

Conforme os dados apresentados pelo Censo Demográfico de 2022, a população brasileira chegou a 203,1 milhões em 2022, e a população quilombola representa 0,65% da população total do país, correspondendo a 1.327.802 pessoas (IBGE, 2023).

Na perspectiva regional, a região Nordeste abriga a maior parte dessa população, representando 68,19% do total, com 905.415 pessoas que se auto-atribuem como quilombolas. Em seguida, a região Sudeste possui 182.305 quilombolas, e a região Norte conta com 166.069 quilombolas, totalizando juntas 26,24% da população quilombola. As regiões Centro-Oeste e Sul são responsáveis por 5,57% da população quilombola, com 44.957 e 29.056 pessoas, respectivamente, conforme os dados apresentados na tabela a seguir (IBGE, 2023).

Grandes Regiões	População quilombola e distribuição percentual	
	Pessoas quilombolas	Distribuição de pessoas quilombolas
Brasil	1 327 802	100,00%
Região Norte	166 069	12,51%
Região Nordeste	905 415	68,19%
Região Sudeste	182 305	13,73%
Região Sul	29 056	2,19%
Região Centro-Oeste	44 957	3,39%

Tabela 1 – População quilombola e distribuição percentual, segundo as grandes regiões - 2022

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022

A análise da figura a seguir evidencia a distribuição da população quilombola, considerando a distribuição espacial da população pelas Unidades da Federação e revela que os estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Pernambuco são os cinco estados com maior concentração populacional nessa categoria.

A Bahia possui o maior número absoluto de quilombolas, com 397.059 pessoas,

representando 29,90% da população quilombola recenseada. Em segundo lugar está o Maranhão, com 269.074 quilombolas, o que equivale a 20,26% da população recenseada. Juntas, as populações quilombolas da Bahia e do Maranhão somam 50,17% do total nacional de quilombolas (IBGE, 2023).

Em contraste, o Paraná, que está na 20ª posição, possui apenas 7.113 pessoas que se autodeclararam quilombolas, destacando uma distribuição desigual da população quilombola entre os estados brasileiros.

Os cinco estados com a maior concentração possuem quase 77% da população quilombola brasileira.

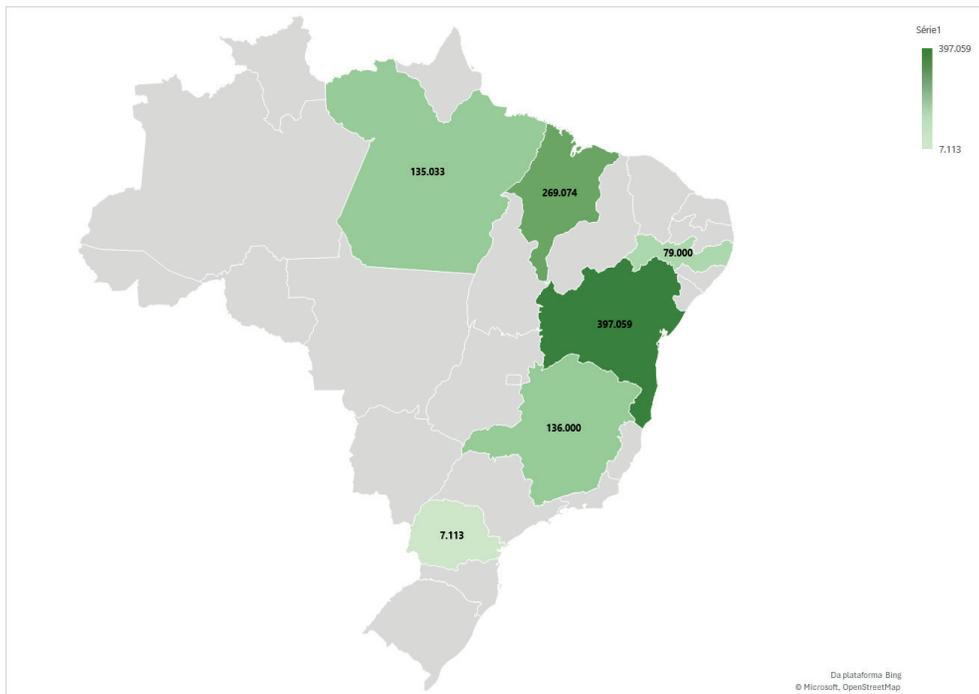


Figura 1 – Distribuição da População Quilombola: Cinco Estados com Maior Concentração e o Estado do Paraná

Fonte: IBGE, 2022

Nota: Org. A autora

Ressaltamos que na perspectiva de Territórios Quilombolas oficialmente delimitados apenas 12,59% da população quilombola são residentes nesses Territórios. Isso significa que 1.160.600 pessoas quilombolas, ou 87,41%, vivem fora de áreas formalmente delimitadas e reconhecidas.

Na Região Sul identificamos que 13% da população Quilombola vive em território oficialmente delimitado.

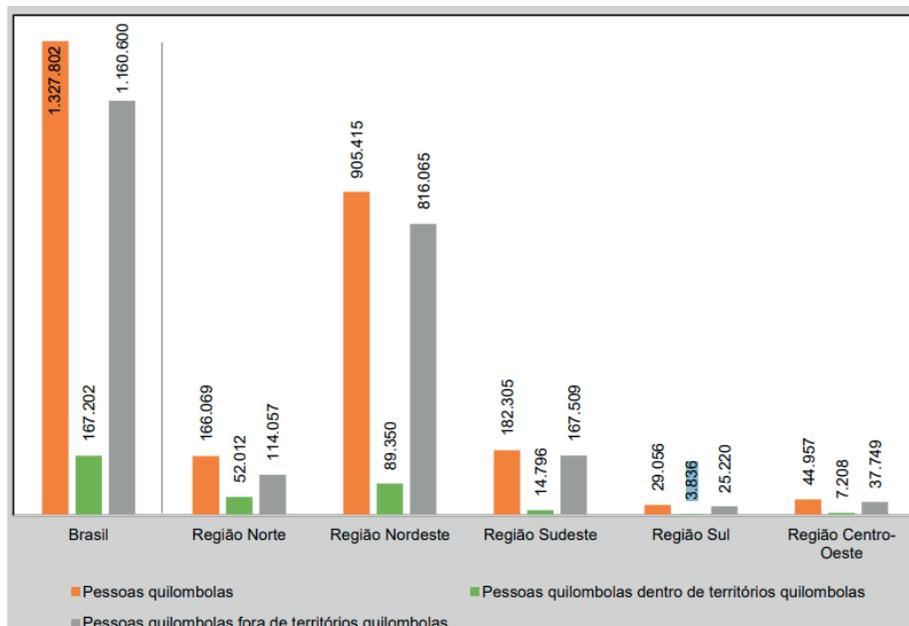


Figura 2 – Pessoas quilombolas por localização do domicílio em territórios quilombolas oficialmente delimitados, segundo as Grandes Regiões – 2022.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022

A Base Territorial do IBGE categoriza conforme os Territórios Quilombolas oficialmente delimitados e incorporados segundos os seguintes status fundiários: Delimitado; Estudo Técnico; Relatório de Identificação Delimitação (RTID); Portaria; Decreto e Título conforme descritos no quadro abaixo.

Categorias conforme o Status fundiários	
Delimitado	compreende os territórios para os quais foi identificada alguma delimitação formal, a partir de algum material elaborado e presente dos acervos do Inkra e dos órgãos com competências fundiárias nos Estados e Municípios. Essas delimitações podem ser provenientes de mapeamentos realizados pelos órgãos do Estado, pela sociedade civil ou pela própria comunidade;
Estudo Técnico	compreende os territórios cujos limites foram publicados a partir de algum estudo elaborado por órgãos estaduais de terra.
Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)	compreende os territórios que contam com o RTID, estudo técnico elaborado e publicado pelo Inkra nos processos de regularização fundiária quilombola. Esta é a primeira fase do processo de titulação.
Portaria	compreende os territórios que contam com Portarias de Reconhecimento, instrumentos onde são declarados os limites do território, a partir de então, que é encaminhado para a fase de regularização fundiária.
Decreto	compreende os territórios que contam com Decreto de desapropriação por interesse social. São aqueles em que a Presidência da República autorizou a desapropriação das áreas inseridas em seus limites. Assim, são territórios que estão em processo de indenização dos imóveis.

Título	compreende os territórios que foram integralmente titulados pelos órgãos do Estado.
--------	---

Quadro 2 - Categorias conforme o Status fundiários

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022

Entre os territórios Quilombolas Oficialmente delimitados, os maiores grupos são os que estão na categoria de RTID (54.332 pessoas) e os territórios titulados (57.442 pessoas), mostrando avanços importantes, mas insuficientes, dado o grande número de indivíduos ainda fora de Territórios Quilombolas oficialmente delimitados. Estes dados indicam a necessidade urgente de compreender os processos de regularização para garantir os direitos dessas comunidades.

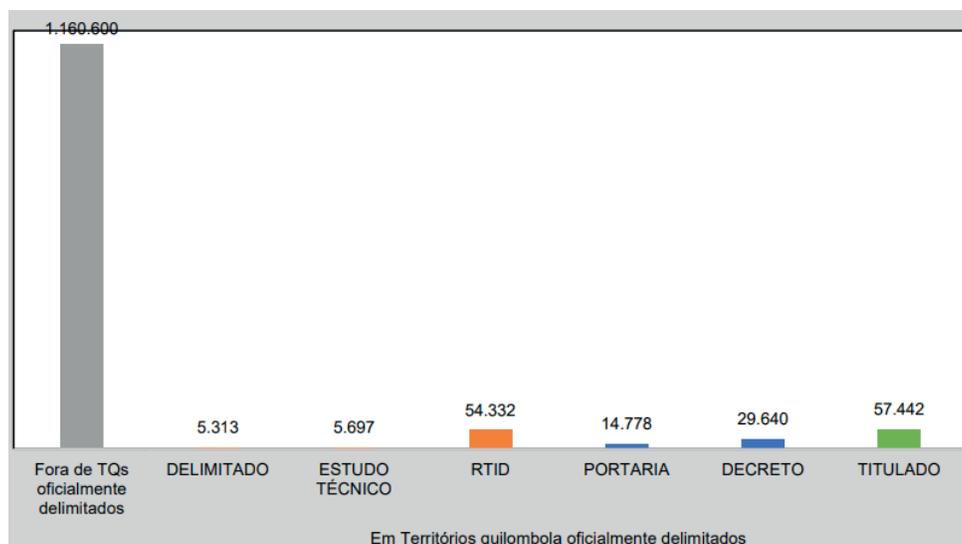


Figura 3 – Pessoas quilombolas por localização do domicílio e status de regularização dos territórios quilombolas – Brasil – 2022

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022

A terra representa as condições essenciais para a permanência e a continuidade das referências simbólicas fundamentais à consolidação do imaginário coletivo. Grupos humanos frequentemente projetam na terra a sua existência, embora não dependam exclusivamente dela. Exemplos atuais demonstram que muitos grupos perderam suas terras e ainda assim persistem como comunidade, como no caso do Paiol de Telha, no Paraná. Portanto, o direito à terra está intrinsecamente ligado à organização social, baseada na herança familiar, na história marcada pela reciprocidade e memória coletiva, e no fenótipo como um princípio identitário, onde o casamento preferencial atua como um valor operacional dentro do grupo (Leite, 2000).

O reconhecimento constitucional deve contemplar a participação ativa na vida

coletiva e os esforços de consolidação dos grupos. Embora a legislação brasileira de inspiração liberal não privilegie a posse coletiva da terra, ela reconhece a capacidade de auto-organização e autogestão dos grupos para determinar quem são seus membros, indo além da consideração da cor da pele. É importante considerar que processos de expulsão frequentemente impediram esses grupos de manterem sua organização, enquanto a violência em alguns casos os desfigurou como membros de uma comunidade, levando-os à desagregação, extrema pobreza e marginalização social (Leite, 2000).

A Tabela 2 mostra a distribuição dos processos de regularização fundiária quilombola abertos no INCRA em 2022, divididos por regiões do Brasil. No total, foram abertos 1.802 processos em todo o país. A região Nordeste lidera com 1.023 processos, representando 57,77% do total, o que destaca uma concentração significativa de demandas por regularização nessa área. A região Sul vem em segundo lugar com 355 processos (19,70%).

Nível territorial	Processos abertos	Percentual
Brasil	1.802	100
Norte	144	7,99
Nordeste	1.023	57,77
Sudeste	116	6,44
Sul	355	19,70
Centro-Oeste	164	9,10

Tabela 2 – Processos de regularização fundiária quilombola abertos no INCRA - 2022

Fonte: Incra, 2022; IBGE, 2023

Nota: Não foi possível levantar o quantitativo de processos abertos nos órgãos estaduais e municipais com competências fundiárias

O estado brasileiro, ao reconhecer uma sociedade formada por diversas e desiguais formações sociais, deveria assumir o papel de árbitro e defensor desses direitos, reconhecendo assim a existência de grupos culturalmente distintos. Esse é o cerne da questão e o verdadeiro impasse atual. (Leite, 2000).

A autora destaca ainda que o dispositivo legal em questão foi votado e aprovado como parte das Disposições Transitórias, não sendo estabelecido como uma obrigação permanente do estado. Aurélio Veiga Rios (1996) observa de maneira pertinente e com justificada perplexidade que, naquele momento, predominava uma visão de sociedade em processo de “embranquecimento”, o que tornava questionável sua validade como uma lei definitiva (Leite, 2000).

As Comunidades Remanescentes de Quilombos do Paraná surgiram no período da abolição do regime escravocrata, em maio de 1888. Período marcado pelos conflitos entre latifundiários e trabalhadores negros, desapropriações de terras por madeireiras e das guerras, a do Contestado e os conflitos com o estado de São Paulo, essas comunidades

rurais quilombolas preservaram com sua cultura e tradição, tornando-se um símbolo de resistência (Vieira, Gonçalves, Silva, 2019).

No estado do Paraná há 86 comunidades quilombolas identificadas, das quais 37 já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. No entanto, muitos municípios onde essas comunidades estão situadas desconhecem sua existência, devido ao difícil acesso às áreas onde estão localizadas, ou porque essas comunidades optaram por não iniciar processos de reconhecimento junto ao INCRA (Vieira, Gonçalves, Silva, 2019).

Pontuamos que muitas dessas terras, utilizadas para a reprodução social e cultural das comunidades quilombolas, foram herdadas de antigos proprietários que as deixaram em testamento para os trabalhadores que nelas atuavam durante os períodos pré e pós-abolição. Cabe ressaltar que a maioria dessas terras estava localizada em regiões remotas e inóspitas. Devido ao distanciamento dessas comunidades das áreas urbanas, o Estado negligenciou muitos quilombos, resultando em serviços de educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura ainda muito precários (Vieira, Gonçalves, Silva, 2019).

No Paraná, a população quilombola totaliza 7.113 pessoas. Deste total, 648 residem em Territórios Quilombolas, enquanto a maioria, 6.465 indivíduos, vive fora dos territórios Quilombolas. Os dados indicam uma dispersão da população quilombola para além dos territórios reconhecidos, conforme a Tabela 3.

Localização do Domicílio	População Quilombola
Em Territórios Quilombolas	648
Fora de Territórios Quilombolas	6.465
Total	7.113

Tabela 3 – População Quilombola no Paraná por localização do domicílio

Fonte: SIDRA, Censo Demográfico, 2022

No estado do Paraná, dos 399 municípios, foram identificados 31 com população quilombola. O município de Palmas se destaca com o maior número de quilombolas, totalizando 1.652 pessoas, seguido por Lapa, com 1.381, e Adrianópolis, com 752 quilombolas, conforme a Tabela 4.

	Município	População Quilombola		Município	População Quilombola
1	Palmas	1.652	17	Pinhão	40
2	Lapa	1.381	18	Cantagalo	36
3	Adrianópolis	752	19	Cerro Azul	35
4	Castro	533	20	Bocaiúva do Sul	34
5	Candói	427	21	Curitiba	28
6	Reserva do Iguaçu	360	22	Turvo	27
7	Ivaí	288	23	Santa Amélia	24
8	Ponta Grossa	249	24	Guaíra	23
9	Guaraqueçaba	230	25	São Miguel do Iguaçu	22
10	Arapoti	180	26	Foz do Jordão	14
11	Guarapuava	177	27	Campina Grande do Sul	9
12	Doutor Ulysses	177	28	Tijucas do Sul	6
13	Campo Largo	133	29	Tunas do Paraná	6
14	Curiúva	125	30	Palmeira	5
15	Paranaguá	87	31	Sengés	4
16	Clevelândia	49			

Total: 7.113

Tabela 4 - População autodeclarada quilombola por município do Paraná

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2022; Paraná, 2023

Em consulta ao site da Fundação Palmares (2022) e no site oficial do INCRA (2022), verificou-se que existem 36 Territórios Quilombolas devidamente certificados no Estado do Paraná e 4 comunidades não certificadas, como podemos observar para figura a seguir.

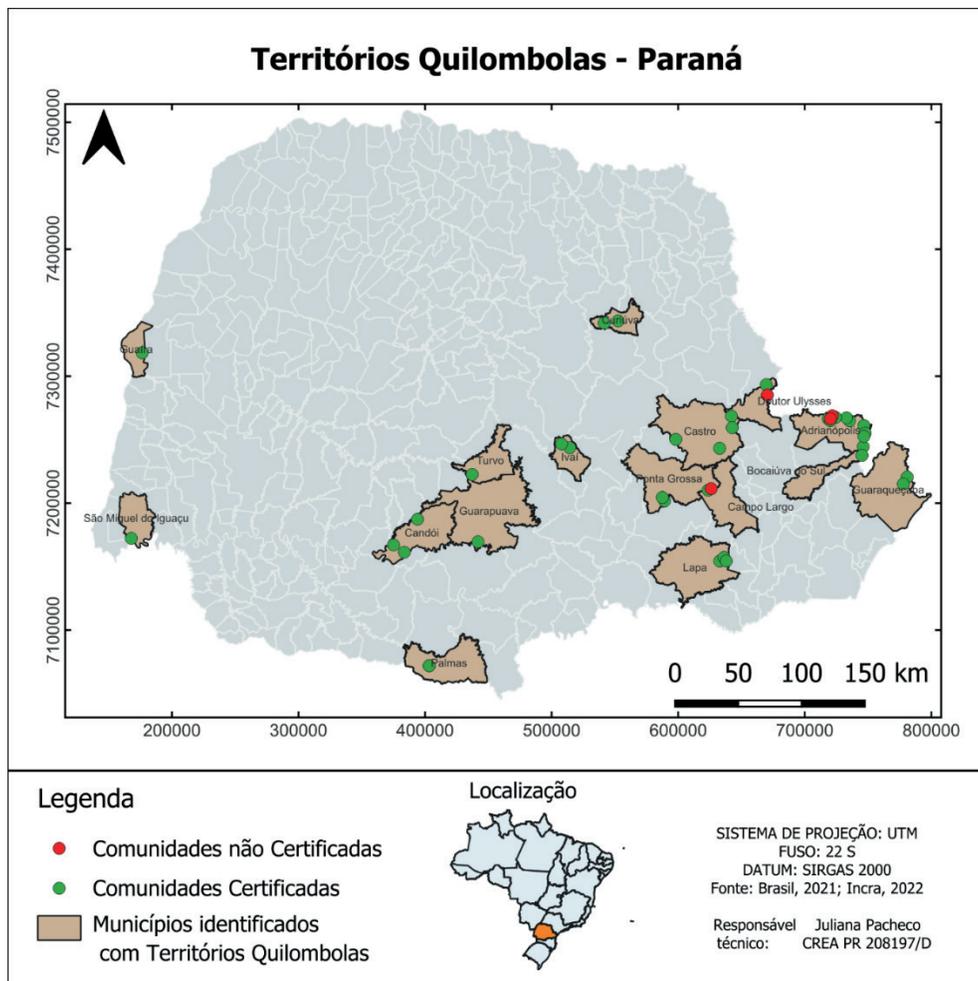


Figura 4- Territórios Quilombolas no estado do Paraná

Ao analisar os quilombos no Brasil, Leite (2000) pontua ainda que é importante destacar que não se trata apenas de reconhecer o que já está estabelecido, mas sim de considerar que os procedimentos legais em andamento indiretamente priorizam e demarcam novas fronteiras étnicas. A resistência territorial contra o sistema escravista assumiu uma ampla gama de estratégias e desdobramentos. Parece pertinente para os grupos negros resgatarem o esforço organizacional desenvolvido através de redes comunitárias de autoproteção e criar redes baseadas nessas mesmas estratégias.

Dessa forma, a reconstrução do espírito da lei, por meio dos procedimentos administrativos de sua implementação, requer a extensão da cidadania a todas as comunidades negras cuja resistência remonta a uma memória da escravidão que pode ser reconstituída pelas redes de parentesco e afinidades que constituem o tecido social

do grupo. Excluir previamente alguns grupos que foram expulsos de suas terras, mas que permanecem unidos e articulados em torno de uma experiência comum de autoproteção, atualizando suas redes sociais através de várias formas de organização, parece contraditório. (Leite, 2000)

Processos sócio-históricos locais e regionais produziram singularidades que precisam ser levadas em conta. Por exemplo, na região sul do Brasil, é crucial considerar a especificidade e a complexidade do fenômeno para estabelecer diretrizes que possam resgatar os aspectos mais progressistas do espírito da lei em questão. Isso pode ser observado nos casos em que as terras que serviram de base para a formação do grupo foram perdidas devido a intimidação, venda sob coação e violência, ou nos casos em que as terras ocupadas pelos afrodescendentes estão próximas ou dentro de centros urbanos (Leite, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os direitos humanos e as comunidades quilombolas no Brasil revela a importância de reconhecer e proteger os direitos territoriais, culturais e socioeconômicos dessas populações historicamente marginalizadas. A luta contínua por reconhecimento e igualdade evidencia a necessidade de políticas públicas eficazes que garantam a dignidade e a preservação da cultura dessas comunidades.

A implementação de medidas que assegurem o reconhecimento e a titulação das terras quilombolas é fundamental para a proteção desses grupos contra conflitos agrários e violações de direitos humanos. Além disso, é imprescindível promover o acesso dessas comunidades a serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura, visando melhorar suas condições de vida e garantir o pleno exercício de seus direitos.

O estudo destaca que, apesar dos avanços normativos, a implementação de direitos para as comunidades quilombolas no Paraná ainda é um desafio. Os entraves burocráticos na titulação e a ausência de infraestrutura adequada são obstáculos significativos.

Para alcançar uma justiça social verdadeira e duradoura, é essencial um esforço conjunto entre o Estado, a sociedade civil e as próprias comunidades quilombolas. O empoderamento dessas comunidades, o respeito às suas especificidades e a escuta ativa de suas demandas são passos cruciais para garantir a efetivação dos direitos humanos e a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos os cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Relatório Anual 2020**. Disponível em: <https://www.anistia.org.br..>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil, 1988.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015**. Brasil, 2015.

BRASIL. **Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola: Comunidades Quilombolas Brasileiras: Regularização Fundiária e Políticas Públicas**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos/pbq.pdf/view>.

Carvalho, Maria Letícia de Alvarenga **Quilombo de Mocambo**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A Política Do Reconhecimento dos “Remanescentes das Comunidades Dos Quilombos”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, julho de 2001.

CNDH. Conselho Nacional de Direitos Humanos. **Relatório 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/cndh>.

CONAQ. **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas**. Disponível em: <https://conaq.org.br>.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

GONÇALVES, Rafael Soares; COLIS, Leandro. **Direitos Quilombolas: Avanços e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2022 – Quilombolas: Primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2023.

IBGE. **Grupos culturalmente diferenciados**. CENSO, 2022. Disponível em: <<https://anda.ibge.gov.br/sobre/povos-e-comunidades-tradicionais.html>>. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354

LINS, D.M.; MARQUES, V.T. Mapeamento dos Limites da Política Territorial Quilombola em Alagoas. In: MORAES N. R.; *et al.* (org). **Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária**. v. 11; 330p. Porto Alegre : Fi, 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (PNPCT)**. Brasília, 2013.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de espelhos**. São Paulo: Edusp, 1993.

OBSERVATÓRIO TERRAS QUILOMBOLAS. **Quilombolas no Brasil**. CPISP, 2022. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/>>. Acesso em: 09 de jul. 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Quilombos no Brasil: Questões Conceituais, Históricas e Jurídicas**. Brasília: Ministério da Cultura, 2002.

OLIVEIRA, Pedro de. **Direitos Humanos e Quilombolas: Um Estudo de Caso sobre a Comunidade de Alcântara**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

PARANÁ. **Censo 2022**: com 7.113 pessoas, Paraná tem a 2ª maior população quilombola da região Sul. Agência Estadual de Notícias. Paraná, 2023. Disponível em: < <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Censo-2022-com-7113-pessoas-Parana-tem-2a-maior-populacao-quilombola-da-regiao-Sul#:~:text=O%20Paran%C3%A1%20tem%207.113%20quilombolas,1%2C3%20milh%C3%A3o%20de%20pessoas.>>. Acesso em: 21 de jun. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Identities: estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SEPPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Disponível em: <https://www.gov.br/seppir>. Acesso em: 15 jul. 2024.

VIEIRA, C.O.; GONCALVES, I.; SILVA, V. C. **As comunidades quilombolas do litoral do Paraná e suas histórias**. Curitiba: Editora UFPR, 2019. Disponível em <<http://www.proec.ufpr.br/maiscultura/download/2020/Quilombolas.pdf>>. Acesso em: 21 de jun. 2024.

JULIANA THAISA RODRIGUES PACHECO - Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG, 2022; 2013), com área de concentração em Cidadania e Políticas Públicas e linha de pesquisa em Estado, Direitos e Políticas Públicas. Bacharel em Geografia pela UEPG (2008) e Licenciada em Geografia pela UNOPAR (2022). Atua como Geógrafa e Cientista Social, com foco na elaboração de diagnósticos socioambientais e caracterização do meio socioeconômico para Estudos Ambientais e Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Experiência em geoprocessamento, elaboração de mapas temáticos, manipulação de dados estatísticos e processamento digital de imagens. Atualmente, é professora no Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), campus Irati.

MAURICIO ZADRA PACHECO - Doutor pela Universidade de Bremen (UniBremen) com trabalho desenvolvido no Instituto Fraunhofer - IFAM (Bremen Alemanha) pelo Programa Ciências sem Fronteiras, Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2009); possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003) e graduação em Bacharelado em Informática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Informação, e desenvolveu estudos nas áreas de Geoprocessamento e Geografia Humana com ênfase na utilização de geotecnologias como ferramentas de auxílio à gestão de território.

A

Análise espacial 16, 60

C

Cidadania 3, 16, 63, 68, 77, 79, 81

Conflitos socioterritoriais 46, 48, 56, 57

E

Educação Ambiental 13, 15, 16, 21

Educação Geográfica Significativa 1, 4

Ensino de Geografia 1, 13, 14, 16

Espaço vivido 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14

F

Fotografia 15, 16, 21, 22

G

Geografia Física 1, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14

M

Metodologias Ativas 16, 17

P

Paisagem 9, 11, 15, 16, 17, 20, 21, 29, 37, 41, 43

Políticas Públicas 15, 17, 21, 30, 51, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 69, 70, 78, 81

Q

Questão Agrária 46, 47, 57

R

Regularização Fundiária 58, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 79

Relação campo-cidade 29

Ruralidades 29, 43

T

Territórios Quilombolas 58, 62, 69, 71, 72, 73, 75, 76, 77

A Geografia

compreendendo as interações
naturais e sociais na transformação
do espaço terrestre

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A Geografia

compreendendo as interações
naturais e sociais na transformação
do espaço terrestre

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br